



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

ALMERINDA SILVA DE ARAGÃO

**IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 5º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

CASTANHAL-PA
2018

ALMERINDA SILVA DE ARAGÃO

**IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 5º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado à Faculdade de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Assunção Pureza de Amaral

CASTANHAL-PA

2018

ALMERINDA SILVA DE ARAGÃO

**IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 5º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado à Faculdade de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, orientado pelo Prof. Dr. Assunção José Pureza Amaral.

DATA: ____/____/____/

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Assunção Pureza de Amaral - Orientador

Prof. Eula Regina Lima Nascimento

Prof. Sérgio Bandeira do Nascimento

CASTANHAL / PARÁ

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a DEUS, por todos os dias presentearmo-nos com dádivas e graças.

Aos amigos, Fabrício e Silvia que foram fundamentais no meu ingresso na universidade.

Agradeço as minhas amigas da Faculdade, Thássilla, Cledinei e Rosivania pelo apoio, ajuda, compreensão e incentivo nas horas difíceis nesta caminhada.

As amigas de longas jornadas, Dinaura, Rosangela e Vanda que muito contribuíram para a realização desse sonho minha formação acadêmica.

Agradeço aos docentes, Sérgio Bandeira, Eula Nascimento e Raquel Amorim, que sempre estiveram dispostos a ajudar e muito contribuíram tanto na minha pesquisa como na minha aprendizagem.

Ao meu orientador Prof. Dr. Assunção José Pureza Amaral.

Dedico este trabalho em especial a Deus, por ter sido fiel em todos os dias da minha vida, pelas realizações de cada etapa desta jornada, dando-me saúde e não me deixando fraquejar, foi minha fortaleza e socorro bem presente nos momentos difíceis da minha vida para realização desse sonho.

A minha mãe, Rosa Raimunda Silva (in memória) que sempre me incentivou e lutou para fazer de nós filhos pessoas dignas, com valores imprescindíveis que me fizeram esta pessoa que sou hoje.

Agradeço-a eternamente, a amiga Vera Bitar (in memória) que sempre acreditou em mim ao longo de vinte anos de amizade, nunca deixou de me incentivar, e em alguns momentos me presenteava com livros que veio contribuir com minha formação.

LISTA DE SIGLAS

IEEP	Instituto de Educação do Estado do Pará
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLD	Política Nacional do Livro Didático
PPP	Projetos Político-Pedagógicos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Capa do 1º Livro Analisado.....	43
IMAGEM 2 - Famílias que vieram da África e eram negociadas nos portos	46
IMAGEM 3 - Criança de origem Hauçá	47
IMAGEM 4 - Transporte de Africanos no Navio Negreiro	48
IMAGEM 5 - Habitação de Afrodescendentes	49
IMAGEM 6 - Crianças Afrodescendentes e suas mães.....	50
IMAGEM 7 - Jogo de Capoeira	51
IMAGEM 8 - Capa do 2º Livro Analisado - Projeto ECO.....	52
IMAGEM 9 - O Império do Café	55
IMAGEM 10 - Artista Negro do mundo Atual	56
IMAGEM 11 - Capa do 3º Livro Analisado - Projeto COOPERA	57
IMAGEM 12 - Memorial Manuel Congo	61
IMAGEM 13 - Castigo imposto aos negros	62
IMAGEM 14 - A fuga dos escravos.....	63
IMAGEM 15 - Comemoração do dia 13 de maio	64

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Livros Analisados do 5º Ano do Ensino Fundamental.....	64
QUADRO 2 - Número de vezes que a imagem do negro, do branco e do índio aparece nos livros	65
QUADRO 3 - Como é expressa a imagem do negro	66
QUADRO 4 - Imagens contempladas nos livros didáticos	68
QUADRO 5 - A representação do papel social desempenhado por cada grupo etnicoracial na sociedade	68
QUADRO 6 - Ensino da cultura Africana e Afro Brasileira	69

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) apresenta como tema as imagens do negro nos livros didáticos do 5º ano do ensino fundamental, cujo objetivo principal consiste em analisar como é representado o negro, sua cultura e prática social através da linguagem visual nos livros didáticos de história do 5º ano do ensino fundamental. Como objetivos específicos: discutir a relação entre a implementação da Lei 10639/03 e as novas perspectivas para a Política Nacional do Livro Didático (PNLD). Observar nos livros didáticos, como a cultura africana e afro-brasileira está sendo representada a partir da Lei 10.639/03 e verificar, a partir das imagens inseridas no livro didático, o que a criança, sobretudo as negras, pode aprender sobre si, sua cultura, sua ancestralidade. A metodologia da pesquisa foi bibliográfica elaborada a partir de diversas publicações E também é documental, pois trabalha com as leis e os livros didáticos como fonte. O levantamento das informações, a análise e a interpretação dos dados pesquisados se deram através da investigação qualitativa descritiva, a partir do que tínhamos para saber como é representado o negro, sua cultura e prática social através da linguagem visual nos livros didáticos. Fundamentou-se em autores como Aguiar (2008), Albuquerque (2002), Batista (2003), Bittencourt (2009), Freitag (1987), Horikawa.; Jardimino (2017), Joly (2012), Landes (2011), Lajolo (1996), Lucci & Branco (2018), Lüdke (2003), Mattoso (2003), Moreira (2006), Munanga (/2017), Silva (2004) e outros. Apresenta-se como resultado a perspectiva de que há várias possibilidades de se ler uma imagem e não resumir em uma única e generalizante representação do espaço de atuação dos negros e a visão que se propaga sobre eles. Portanto, conclui-se que, a frequente omissão das experiências de vida do povo negro enquanto categoria social formadora da nação Brasileira, este aparece sempre na dualidade escravidão/mão de obra livre nos livros de 5º ano do Ensino Fundamental analisados. É bem nítido o escamoteamento dessa parcela da população, bem como a simplificação ou a redução da sua contribuição cultural.

Palavras-Chave: Livros Didáticos, Imagem do Negro, Cultura Africana e Afro Brasileira.

ABSTRACT

The present work on the conclusion of the course (TCC) presents as a theme the images of the black in the textbooks of the 5th year of elementary school, whose main objective is to analyze how black is represented, its culture and social practice through visual language in books didactic history of the 5th year of elementary school. As specific objectives: to discuss the relationship between the implementation of Law 10639/03 and the new perspectives for the National Textbook Policy (PNLD). To observe in the textbooks, how African and Afro-Brazilian culture is being represented by Law 10.639 / 03 and to verify, from the images inserted in the textbook, what the child, especially the black ones, can learn about himself, his culture, its ancestry. The methodology of the research was bibliographical elaborated from several publications And it is also documentary, because it works with the laws and textbooks as source. The information collected, the analysis and the interpretation of the researched data were obtained through descriptive qualitative research, from what we had to know how the black is represented, its culture and social practice through visual language in textbooks. It was based on authors such as Aguiar (2008), Albuquerque (2002), Batista (2003), Bittencourt (2009), Freitag (1987), Horikawa .; (1996), Lucci & Branco (2018), Lüdke (2003), Mattoso (2003), Moreira (2006), Munanga (/ 2017), Silva (2009), Joly (2012), Landes (2011), Lajolo 2004) and others. The result is the perspective that there are several possibilities to read an image and not to summarize in a single and generalizing representation of the space of action of the blacks and the vision that propagates on them. Therefore, it is concluded that the frequent omission of life experiences of the black people as a social category that forms the Brazilian nation, it always appears in the duality of slavery / free labor in the books of 5th year of Basic Education analyzed. It is very clear that this part of the population is being recaptured, as well as the simplification or reduction of their cultural contribution.

Keywords: Didactic Books, Black Image, African and Afro-Brazilian Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
SEÇÃO I	
1.1. NEGRO DA ÁFRICA AO BRASIL	13
1.2. A CULTURA DO NEGRO NO BRASIL.....	21
SEÇÃO II	
2.1. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD - Lei 10.639/03.....	27
2.2. O PNLD E A IMAGEM DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO.....	34
SEÇÃO III	
3.1. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA QUE APRESENTAM A IMAGEM DO NEGRO	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74

INTRODUÇÃO

A imagem do negro nos livros didáticos do ensino fundamental, na educação básica sempre foi quase imperceptível, isto é, só é possível identificá-la praticamente em temáticas específicas, quando o negro, de alguma forma é o assunto em pauta. As referências são notadamente atinentes ao período do escravagismo, tanto internacional como no Brasil, a partir da segunda metade do século XVI.

Em face dessa constante ausência, apresenta-se esta pesquisa com o tema a “*Imagem do negro nos livros didáticos do ensino fundamental*”, onde objetiva-se: analisar como é representado o negro, sua cultura e prática social através da linguagem visual nos livros didáticos de história do 5º ano do ensino fundamental; verificar como o negro é retratado de maneira visual e socialmente nos livros escolares, conforme prescrições da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica, e, discutir a relação entre a implementação da Lei 10.639/03 e as novas perspectivas para a Política Nacional do Livro Didático (PNLD).

Nesse sentido, apresenta-se como problemática central para esse estudo a seguinte questão. Como o negro é representado na linguagem visual dos livros didáticos de história do 5º ano do ensino fundamental?

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa torna-se relevante pelo fato de o tema da diversidade étnico racial, ser pouco abordado no contexto escolar, nem pelos livros didáticos, ou seja, de maneira costumeira, ainda se reforça a ideia como se fosse normal a condição imposta pelos livros didáticos que ainda apresentam o branco como padrão racial. E isso nos faz refletir sobre a sociedade que se apresenta através da utilização desse material para os alunos. Todavia, há necessidade de que os livros didáticos venham contribuir positivamente quanto à questão étnico racial.

A partir da pesquisa, os resultados alcançados neste trabalho, são de grande relevância para a área da educação, pois contribuem para desmistificar antigas concepções de inferioridade do negro, já que a escola é um ambiente de diversidade cultural e formadora de identidades.

A pesquisa se justifica, pois, se pretendeu mostrar como a imagem do negro é apresentada nos livros didáticos e pode influenciar na elaboração de conceitos errôneos e mostrar como a introdução da lei 10639/2003 pode ajudar a combater o racismo em contraposição ao mito da democracia racial vigente em nosso país.

A metodologia da pesquisa foi bibliográfica “elaborada a partir de material publicado, como: publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet” (GIL, 1999, p.124).

O levantamento das informações, a análise e a interpretação dos dados pesquisados se deram através da investigação qualitativa descritiva, onde os dados foram analisados. Lüdke e André (2003, p.12) destacam que na pesquisa qualitativa, o processo, as perspectivas observadas são mais importante do que o produto, considerando os diferentes pontos de vista, o que permite o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo. É também documental, pois trabalha com as leis e os livros didáticos enquanto fonte de informações, inclusive de imagens.

A análise e interpretação dos dados se deram através da investigação qualitativa descritiva, onde (...) os dados são recolhidos em forma de palavras ou imagens e não números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. (...) tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, a forma em que estes foram registados ou transcritos (BOGDAN & BIKLEN, 2010, p. 48).

Apresenta-se a introdução do trabalho a partir de todos os aspectos que direcionam a pesquisa acadêmica e o trabalho esta estruturado da seguinte maneira:

A primeira Seção discorre sobre a ‘*Representatividade social do negro no Brasil*’ em que se faz um breve histórico do negro na África e como ele chegou ao Brasil, assim como sua inserção social e cultural no país.

Na segunda Seção, há a abordagem dos aspectos político-pedagógicos da temática, por meio da visão do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e da Lei N.º 10.639/2003, que normatizou a inserção obrigatória nas escolas públicas e privadas, no Ensino Fundamental e Médio, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, complementada da temática indígena com a Lei 11.645/2008.

A terceira Seção trata da discussão e análise dos livros didáticos utilizados no 5º ano do ensino fundamental, a respeito da imagem do negro.

Por fim, as considerações finais apresentam A nossa visão em relação ao averiguado sobre essa análise e sua representatividade social, pedagógica e cultural das imagens presentes nos livros didáticos.

SEÇÃO I

1.1. NEGRO DA ÁFRICA AO BRASIL

Considerando-se que o estudo aborda a questão étnico racial para discutir a imagem do negro nos livros didáticos do 5º ano do Ensino Fundamental, como esse grupo étnico é retratado de maneira visual e social e quais as perspectivas de mudanças a partir da implementação da Lei 10.639/2003, além de uma discussão sobre a discriminação, o preconceito racial e como se deu o percurso da África ao Brasil.

Reporto-me a essas questões ao pronunciamento de Amaral (2008) onde cita:

O governo do Brasil criou uma lei que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares; trata-se da Lei 10.639 de 01/2003, que altera e passa a integrar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (9394/96) e que inclui o ensino das relações étnico-raciais, da história afro-brasileira, ensino da cultura afro-brasileira, ensino da história da África e ensino da cultura africana no ensino brasileiro, representando um marco na educação do país e pode apontar para um nova epistemologia do conhecimento nacional (AMARAL, 2008, p 85).

Esta colocação aborda a decisão do governo em atendimento as expectativas sobre o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, podendo inverter o racismo, a segregação, a humilhação dos negros, por valores, cultura, direitos, diversidade, multietnicidade e cultural estarem resguardados em leis, e contemplados na matriz curricular do ensino fundamental e médio como forma de reconhecimento no ensino nacional nas escolas.

De tal questão, sabe-se que vários são os estudos conforme Coelho (2009) que tratam do racismo e educação na sociedade brasileira onde apontam que há muito indica a necessidade de reflexão quanto ao lugar que os debates sobre as questões raciais ocupavam na escola. Ainda neste momento, a pouca reflexão apresentava-se, dentre outros fatores, como responsável por uma prática de segregação no espaço escolar que apresentará vários efeitos para os grupos que são alvos deste processo por ausência de discussão circunstanciada na formação daqueles que formam crianças e adolescentes (COELHO, 2009).

Assim entendido, é importante destacar o espaço dessa relevante história que é o continente africano, chamado de “berço da humanidade”, pois grande parte dela encontra suas raízes na África, e por contemplar uma grande diversidade de culturas, histórias, crenças, bem como de recursos econômicos, vegetação e relevo. No entanto, muitos desses elementos constituem a formação da cultura brasileira, embora existam países da África que a raça negra, de nenhuma maneira, participou dessa colaboração.

Em entendimento a essa formação da sociedade brasileira, além da presença das sociedades indígenas, o país recebeu povos negros africanos, europeus e asiáticos, contudo, a população negra, antes da chegada ao Brasil, vivia livre na África antes de serem escravizados. No que se refere ao assunto, Amaral (2008) pronuncia que:

O tema África é recorrente no Brasil, por exemplo: as escolas de samba do Rio de Janeiro, para citarmos apenas aquele estado, sempre trazem a África, ou fazem referências a ela, como tema ou como enredo de carnaval, como *Mãe África*, *Pequena África*; *Tumba lá e cá é Moçambique*, etc. A África também está na nossa memória através de letras de músicas como *Sené, Sené, Sené, Sené Sengal*; ou *Ê faraó, ê faraó/ mara, mara, mara, maravilha ê/ Egito, Egito ê*, ou ainda, em palavras como galinha d'Angola, canções ou cantigas de ninar ou Mina ou de Guiné, a exemplo de *Bate palminha, bate/ Palminha de Guiné/ Bate palminha bate/ Palminha de São Tomé* (AMARAL, 2008, p 85).

O autor pronuncia que a África está sempre referenciada como cita aqui em diferentes contextos.

Para compreender as informações sobre esses aspectos do continente africano é, indiscutivelmente, um exercício crítico assim posto por Serrano e Waldman (2010) onde argumentam que existem visões estereotipadas cultivadas contra os povos africanos e suas regiões. Mais do que qualquer outro continente, a África terminou encoberta por um véu de preconceitos, que, ainda hoje, marcam a percepção de sua realidade.

Diante desse progresso de construção social, o processo histórico da ocupação e composição da ancestralidade negra na Amazônia se deu após a Lei Áurea em 1888. Formou-se uma miscelânea de povos refugiados que se agruparam em várias localidades dessa região. Essas comunidades, historicamente conhecidas pela exclusão social e territorial, estabeleceram desde a Lei das Terras em 1850, até a contemporaneidade como grupos negros excluídos e invisibilizados. Porém, na luta pela garantia de sua sobrevivência e na conscientização de seus direitos, dada as atuações voltadas para garantia das suas terras tradicionalmente ocupadas, estimularam a resistência, mas têm continuado firmes em suas concepções. Também, se tornou importante a luta, a resistência e a organização desses grupos, desde sua chegada ao território brasileiro à formação de redutos como forma de liberdade, que na visão de Campelo (2014), as “fugas” dos negros ou a “construção de liberdade” formaram os quilombos e mocambos, e estabeleceram uma forma de resistência negra brasileira nos períodos colonial e imperial.

Em relação a essa questão, Matoso (2003) fala que os negros foram trazidos da África, à força, para o trabalho escravo nas lavouras e nas metrópoles, como serviçais, para substituir os índios que também foram escravizados antes dos africanos, para atuar nos trabalhos

escravo. Eram trazidos em navios (nos porões) e tratados como mercadoria. Essas embarcações foram denominadas *navios negreiros* e, a princípio eram ilegais, mas à medida que o lucro deste comércio aumentava, o tráfico de negros para o trabalho escravo foi sendo legalizado.

Dentre muitas crueldades, o negro passou por diversos momentos de resistência, vitórias e derrotas e ainda eram submetidos a questões desumanas e contra a sua vontade. Amaral (2008, p.90) assim expressa:

Ao chegarem ao continente, os europeus estabeleciam trocas, por exemplo, de manufatura (produtos de origem da América e das Antilhas) por homens escravizados. Os negros eram transportados para as diversas localidades da América do Norte, América Central e América do Sul, como as regiões norte, nordeste e sudeste do Brasil, onde se inicia uma nova etapa e uma nova história para esses africanos e seus descendentes.

Segundo Matoso (2003), o reino de Portugal, nação que mais ganhava arrecadando impostos, e era o manipulador principal, a partir de 1649, através da fundação de Companhias com a intensificação do tráfico, passou a controlar por meio de fiscalizações, que mantinham com o domínio da Coroa, tanto a entrada dos negros que foram escravizados como o destino deles. Já em 1778, com a queda do poder do Marquês de Pombal, essas organizações foram extintas. No pronunciamento de Mattoso (2003) se constata claramente a situação:

Os navios negreiros saíam da África com os negros acorrentados nos porões passando fome e frio, em uma viagem desumana. Com a demora do trajeto era comum que homens e mulheres defecassem e vomitassem no mesmo ambiente em que viajavam. Diante disto, pode-se imaginar como esta travessia era humilhante e como estes negros estavam submetidos a todo e qualquer tipo de doença que muitas vezes os levavam a morte (MATTOSO, 2003, p.65).

O autor profere ainda que os africanos chegavam ao desembarque e ainda sem a noção exata do que lhes aguardava. Eram colocados a ferro para esperar a chegada dos traficantes. Eram trazidos de vários locais, separados de parentes e amigos, “para serem acorrentados e arrastados do desconhecido, numa angústia igualada ao desgaste físico levado ao extremo pela viagem forçada a promiscuidade a bordo, a fome e a rudez agressiva dos seus condutores” (MATTOSO, 2003, p. 65).

Ao falar da questão, Amaral (2008) analisa a participação do negro na formação do povo brasileiro fazendo referência a luta representada pela existência dos quilombos e mocambos. Essa resistência permitiu que comunidades quilombolas lutassem para viver com certa autonomia, reconhecimento e resistência cultural, mas em uma luta constante frente à

discriminação, exclusão sócio educacional, cultural, religiosa e econômica. Com relação a isso o autor explica que:

Da África aos quilombos, os negros construíram a sociedade brasileira. Viver, resistir, aprender, lutar, negociar, fugir, construir a liberdade exigiam aprendizagem; os quilombolas são resultados dessa longa construção. É neste processo, encontro e internalização de conhecimentos que se configura o *habitus* e que se expressa em práticas, neste caso nas práticas educativas voltadas ao uso de recursos do território quilombola amazônico (AMARAL, 2008, p. 108).

Dessa forma exposto, entende-se que a presença de negros na Amazônia e da resistência dos mesmos aos tratamentos dos dominadores são os inúmeros quilombos e/ou mocambos existentes na região Amazônica, assim como em todo o Brasil foi marcante. Eles são a representação da cor e resistência de uma África presente no Brasil.

Para esse momento da história dos negros, Amaral (2008, p.90) relata que:

O comércio de negros aprisionados na costa africana chegava a Europa e atingia a América, onde o Brasil era um dos maiores consumidores. Portugal já importava negros desde 1443, sendo um dos primeiros países europeus no comércio moderno de escravos, facilitado pelo domínio que possuía sobre as terras da África. A lógica desse tipo de comércio iniciava no século XV e XVI, com a captura dos negros nas colônias européias na África, em seguida transportadas pelo Oceano e comercializadas aos grandes escravagistas; estes transformaram o tráfico em um lucrativo setor do comércio colonial que enriquecia tanto os escravagistas quanto ao império, a exemplo do português.

Para elucidar a questão, Santos (1975, p.86) também afirma:

Os negros que vieram para o Brasil eram retirados à força de diversas regiões do continente africano, principalmente da Costa Ocidental da África. Africanos de origem Banto, do Congo e de Angola, foram trazidos logo no começo da colonização, e foram espalhados pelas plantações do extenso território rural, que correspondia aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Devido à extensa faixa territorial destas províncias, praticamente não havia comunicação entre esses grupos. Já os africanos de origem Sudanesa, os Gege do Daomé e os Yorubá, também conhecidos como Nagôs e os Minas, desembarcaram no Brasil, já no último período da escravidão e ficaram concentrados nas regiões urbanas de Salvador e Recife, existiam entre esses últimos povos uma comunicação mais facilitada, contribuindo assim para proliferar os terreiros de candomblé na cidade de Salvador.

Os negros africanos escravizados trouxeram uma expressiva e rica cultura que, não foi dizimada pela escravidão. Vieram, como por exemplo, a dança, a música, a religião, a língua, a comida, a arte africana, tecnologia, técnicas de produção, de agricultura, pintura, de luta e de artes. Foram tão propaladas e diversificadas que auxiliaram na composição da formação do povo brasileiro.

Amaral (2008, p.87) coloca que:

Diversas regiões estiveram integradas economicamente e sua ligação “pode ser trabalhada e compreendida a partir das rotas de caravanas milenares ou da história da expansão da tecnologia do ferro no continente africano”, pois estas cobriram todo o território africano, marcando um período desta civilização e a existência de integração econômica e cultural entre seus povos. Esta territorialidade é marcada pela integração histórica que a unifica em um único continente e uma única África.

Outro autor que demarca a questão é Magno (2006, p.03), onde afirma que a África a partir do século IV, vive um crescimento e fartura por conta da farta utilização do ferro na produção de ferramenta. E, que as aldeias geram excedentes agrícolas que são comercializados em centros comerciais destacando-se como cidades-estados (Tombuctu, Bobo-Diulasso, Djenné, Walata, Gao, Oyo e Benim) que intensificarão o comércio entre os séculos XII e XVI.

Destaca-se ainda nesse contexto, o que Amaral (2008, p.92) discute:

Durante os séculos XVI e XVII, chegaram negros escravizados de Angola, Benguela, Moçambique, Costa da Mina para abastecer o mercado do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pará. A posição geográfica do Brasil pode ter favorecido o grande e intenso tráfico comercial do povo negro da África para o Brasil.

Isso demonstra que o negro chega ao Brasil no período colonial como mercadoria, como objeto de valor comercial, sem valor como ser humano, sujeito, pessoa ou até comparados a animais, mercadorias. Nesse caminhar, Amaral (2008, pp.92-93) explica que:

Os negros reagiram com novas práticas, sejam elas trazidas consigo, sejam criadas e aprendidas no novo espaço social; havia desde princípio a manipulação de um certo capital cultural diante de uma luta que era não apenas física, mas também simbólica. Diante de todo o processo de exploração, a comunidade negra reagira de diferentes formas, seja através de boicotes, de mortes de feitores e de senhores, ou através de roubos, suicídios, sabotagens, fugas, e da bastante conhecida formação de quilombos, grifada como rebeldia em nossa história; todas recebidas com reação e castigo, que objetivavam intimidar os revoltosos.

Em referência a essas questões, refere-se à cor do negro no Brasil, Coelho (2014) enuncia que, é como aquele sujeito que está somente de corpo presente, ele está ali, mas ninguém vê, ninguém nota, ninguém se interessa. Todos sabem que está, mas não há manifestação, reconhecimento, valorização ou coisa que o valha que indique que aquele sujeito está vivo, é importante, é querido. Pode-se colocar que um dos primeiros problemas para quem lida com a questão racial no Brasil é ultrapassar a problemática da cor.

Diante disso, percebe-se a variedade de terminologias que com seus significados pejorativos que rotulam a raça, fortalecem o preconceito e aniquila a identidade negra.

Diante da questão, (AMARAL, 2004) relata que o processo de aculturação e branqueamento sofrido em algumas comunidades foi tão intenso, que muitos usam das mais variadas artimanhas para aproximarem-se o máximo possível da figura de pessoas Brancas, que chegam muitas vezes a virar em “figuras” caricaturadas e mascaradas, e o pior, totalmente sem identidade. São vítimas do racismo cultural que se manifesta ou é percebido através da estética, da religião, dos valores, da música, dos costumes e da filosofia, que prega como superior os traços vindos da cultura europeia (AMARAL, 2004).

Entende-se disso que, o processo de pressão em tentar fortalecer o homem branco e sua cor, foi um ato de desrespeito ao negro e sua raça. Embora Amaral (2004, p.83) defenda que “os negros trouxeram suas culturas que sobreviveram, resistiram ou se fundiram, mas serviram como elemento de resistência contra sua opressão”.

Em se tratando dessas denominações, Serrano e Waldman (2010, p.24) revelam que o discurso europeu a respeito da questão na África é antigo, pode ser localizado um variado conjunto de elaborações socioculturais. E é a partir desse passado remoto que se estratificou o preconceito cultivado contra o outro, personificado em diferentes momentos pelos bárbaros, tártaros, mongóis, ciganos, judeus, muçulmanos, assim como pelos negros africanos.

Embora todos os percalços, os negros escravizados, por meio de serviços duros e pesados transformaram-se em agentes sociais, lutaram o tempo todo que tiveram forças contra o racismo da sociedade, naquela época. Resistiram à escravidão de todas as maneiras que encontraram, incluindo fugas coletivas e individuais e suicídios. Nas fugas surgem os quilombos, e o mais famoso de todos, o Quilombo dos Palmares chegou aproximadamente a vinte mil refugiados. Foram fatos que estimularam ações semelhantes em todo o país, até libertarem-se.

Os negros, então, assumem um papel histórico de força, de luta, de bravura, de inconformismo contra a tirania, o preconceito, a discriminação e o poder da força bruta. Isto apresenta resultados, valorização em vários aspectos e fatores da vivência social e cultural de toda população.

Diante desse entendimento, pode-se citar Coelho (2014), onde coloca que a ideia de raça negra que se fundiu com o de cidadania, ela ganha um aspecto de valorização cultural e político, mostrando que, de acordo com as problemáticas sobre discriminação e preconceito no Brasil têm um cunho racial e não de classes.

A constatação, realizada na obra “A cor ausente” de Wilma Coelho (2009), apresenta que o preconceito e a discriminação racial são problemas sociais que devem ser combatidos para a consolidação de uma democracia racial, fortalecimento da cidadania e a construção de

uma sociedade tolerante, fundamental para percebermos que as soluções teorizadas devem existir na prática. A autora ressalta também sobre o modo como se reproduziram as formas de discriminação. Dito assim, ela expressa que “Só a intervenção conscienciosa, resultado da constituição de uma massa crítica relacionada à questão e incorporada à formação, poderá apontar uma luz no fim do túnel” (p.97).

Esta colocação nos leva a entender que as vozes estão surgindo, que as obras, movimentos, indivíduos e grupos, conscientemente, podem encarar o problema do racismo, do preconceito e combater em busca de sua valorização como pessoas independente de cor. Para isso, Coelho (2005) “a cor continua sendo sutil, ostensiva e negativamente demarcadora na hierarquia social, em relação ao segmento negro, no Brasil, embora neste país a maioria esteja constituída por negros e pardos, que têm vivido situações de discriminação em decorrência da cor”.

Diante dessa colocação, percebe-se nitidamente o que Serrano; Waldman (2010) destacam que o regime de preconceitos e estereótipos elaborado pelo imaginário europeu no sentido de desqualificação e inferiorização da África e suas populações tiveram início desde os seus primeiros contatos com o continente africano. Apoiando-se em aspectos culturais e espaciais, o pensamento europeu discerniu a existência de dois eixos, o primeiro, leste-oeste, que se compreenderia pela existência de uma rivalidade entre civilizações, materializando-se no conflito entre Ocidente e Oriente; e o segundo no sentido norte-sul, o qual se explicava pela contradição entre civilização e selvageria (SERRANO; WALDMAN, 2010).

O imaginário europeu voltou para as terras africanas e para os seus habitantes um amplo leque de injunções desqualificantes, muitas vezes respaldadas pelos intelectuais europeus. A África foi condenada ao papel de espaço periférico da humanidade. Na realidade, os mecanismos simbólicos da exclusão do outro remontam de muitos séculos, estando profundamente enraizados no legado cultural europeu.

Como se vê, todas as construções elaboradas sobre a África nunca se distanciaram da ambição de dominá-la e de configurá-la como contraponto de uma Europa que se arrogava um papel dominante. Ademais, para submeter o que quer que seja, é necessário, antes de tudo, a iniciativa de concretizar-se no nível do imaginário, preferivelmente de modo a distorcer a compreensão do outro, habilitando, desse modo, a invasão de uma ideologia de dominação.

Nesse sentido, Serrano e Waldman (2010. p.15) explicam que:

O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar quando há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver e no sentido estético do brasileiro. Por sua vez, em toda a outra costa atlântica

podem-se facilmente reconhecer os brasileirismos. Há comidas brasileiras na África, como há comidas africanas no Brasil. Danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de músicas, palavras e comportamentos sociais brasileiros insinuaram-se no dia-a-dia africano. É comum que lá se ignore que certo prato ou determinado costume veio do Brasil. Como, entre nós, esquecemos o quanto nossa vida é impregnada de África. Na rua. Na praça. Na casa. Na cidade. No campo. O escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja a nossa origem. Afinal, sem escravidão o Brasil não existiria como hoje é, não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses lhe desenharam. Com ou sem remorsos, a escravidão é o processo mais longo e mais importante de nossa história (p. 15).

Apesar da necessidade de compreensão do continente africano, para que se possa compreender a história da humanidade, visto que este seja o berço da humanidade, a tendência dos livros didáticos foi seguir as perspectivas historiográficas europeias, em especial as do século XIX, reservando à África um papel secundário e pouco significativo no curso da História, e veiculando informações equivocadas ou pouco condizentes com a realidade africana. O que favorece a construção e manutenção de representações estereotipadas e depreciativas sobre o continente e suas populações por aqueles que se apropriam de tais informações.

Na África Contemporânea houve diversas conquistas que, de certa forma, trouxeram a ampliação da economia. Rodrigues (1990) comenta:

A África contemporânea foi conquistada pelo domínio europeu e foram encontrados os alemães, britânicos, franceses, italianos e portugueses na criação de uma infraestrutura que possibilitasse a exploração econômica. Com a expansão do território africano, chegaram com o trem de ferro os missionários, médicos e soldados (RODRIGUES, 1990, p. 24).

Por conta disso, a África possui muito ouro, diamantes e petróleo, riquezas naturais que não são exploradas para benefício dos povos carentes. E essa é uma das principais causas da fome e miséria da população. Bacic (2004) cita isso:

A caótica situação social na maioria dos países africanos pode ser comprovada por altíssimas taxas de mortalidade infantil e o grande índice de analfabetismo. Atualmente, problemas crônicos como a desnutrição e a AIDS fazem mais vítimas do que vários conflitos que ocorrem no continente (BACIC, 2004, p. 12).

Ainda assim, os negros muito contribuíram para o crescimento da economia do país. Mas não somente nessa área: a cultura negra que se proliferou em diversos setores da sociedade. Por isso, é importante se observar e estudar as relações entre os diferentes grupos da sociedade brasileira, e vivenciar e respeitar as culturas africanas e afrodescendentes como realidades cotidianas presentes entre nós.

No ponto a seguir, é explanada a cultura do Negro no Brasil.

1.2. A CULTURA DO NEGRO NO BRASIL

As culturas negras da África, juntamente com os negros antropologicamente negros, isto é, através deles, quer como indivíduos biológicos, quer, mais do que isto, como pessoas sociais ou sócio-culturais, passaram, desde o século XVI, a fazer sentir sua presença na formação de um tipo miscigenado de homem paranacional¹ e de uma configuração pré-nacional de cultura. Essa presença foi de tal modo ativa, dinâmica, influente, africanizante, que fez dos negros vindos da África para o Brasil, embora escravos, co-colonizadores desta parte da América, ao lado dos europeus, máximos como fundadores de nova cultura, desde o século XVI no Brasil.

Biológica e culturalmente presentes, marcantes, atuantes, influentes, contribuintes através da mistura física, para a emergência de novos tipos e homens e de novas formas de beleza de mulher. É através da mistura cultural para novas combinações culturais, como valores ou traços de origem negra ou de procedência africana colorindo valores e traços de cultura Africana. Assim, o fato de virem se formando no Brasil uma sociedade e uma cultura nacional para as quais vêm concorrendo tão incisivamente o europeu e o negro africano não significam uma sociedade e uma cultura fechada a outras presenças. Há brasileiros das mais diversas procedências étnicas e culturais.

Para se falar sobre a cultura afro-brasileira não se poderia deixar de mencionar o período escravo que se constitui numa mancha difícil de apagar, contudo, “é impossível se falar sobre a cultura dos negros, sua passagem pelo Brasil e seus dias atuais se não for escrito sobre a escravidão e suas consequências” (LUNA, 1968, p. 16).

Contudo, isso não pode servir de trunfo e ser valorizado, pois estes têm uma identidade que deve ser reconhecida.

Ao falar desse reconhecimento, a presença do negro no Pará, segundo Conrado, Campelo e Ribeiro (2015, p. 221) estes intitulam de “metáforas da cor” quando distinguem que “a identidade no Pará é inevitavelmente marcada pelo confronto com uma metáfora de identidade, fruto do ideário nacional de mestiçagem e pelo próprio reconhecimento de serem diferentes”. Assim essa identidade alternativa é um eufemismo ao estigma racista criado sobre a negritude que ameniza a carga pejorativa que termos como “preto” e “negro” adquiriram, atenuando os ânimos, confortando angústias e camuflando a dialética da mistura que exclui.

¹A terminologia Parancional, foi atribuída por Gilberto Freyre, na obra “Aspectos da influência africana no Brasil”, Cultura – MEC, Brasília, n. 6, v. 23, out./dez. 1976, p. 6-19.

É importante dizer a partir da colocação da autora, que dos negros trazidos para o Brasil e feitos escravos, restou sua cultura que orgulha não somente as pessoas que são definidas como descendentes afro-brasileiros, mas a todos que vivem neste país. São tradições, costumes, fatos e mais uma infinidade de coisas que se transmite de forma duradoura por várias gerações.

O Brasil é um país rico em diversidade cultural, consequências de uma colonização construída por diversos povos que aqui se integraram trazendo juntamente com suas esperanças e planos, o seu patrimônio cultural. Nosso povo adotou essas culturas em sua bagagem cultural, na música, na religião, no modo de falar. Pode-se definir, em nível de Brasil, que a cultura que cerca os habitantes é uma herança social provinda dos portugueses, italianos, espanhóis, índios e negros. Sobretudo, os últimos deixaram sua cultura evidente principalmente considerando sua trajetória pelo Brasil, sua história carregada de sofrimentos e preconceitos que se perpetuaram, ao lado da cultura, até os dias de hoje.

Araújo (2007) define a questão quando reflete:

Penso, por fim, na ambiguidade desta nossa história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consome os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecida de suas origens. E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira. Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. E não se pode dizer que não houve afetividade ou cumplicidade nessa relação. A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial (ARAÚJO. 2007, p. 5).

Por conta disso, grandes são os feitos da cultura dos negros na arte de cantar e dançar que fazem parte do nosso dia a dia em diferentes partes do Brasil, dos quais citaremos algumas, pois como era de praxe, após os dias e dias de trabalho penoso, normalmente aos domingos, dias santos e festas religiosas, escravos e libertos deslocavam-se de seus recantos e fazendas indo para povoados e cidades para se encontrar com seus companheiros africanos de várias origens e crioulos. Ali se divertiam e compartilhavam costumes e manifestações culturais.

O Jongo era uma dança apreciada pelos cativos em virtude do grande número de participantes, além de ser uma exibição de talentos individuais de cada um. O cantador, com um chocalho que ele mesmo agitava, embalado pelo som de três tambores, situava-se no meio

de uma roda. Cantava um verso que era respondido pelo coro, enquanto sapateava freneticamente.

Outra cultura trazida pelos escravos foi a capoeira, que mistura luta, dança, cultura popular e música. Desenvolvida no Brasil, é caracterizada por golpes e movimentos ágeis e complexos, utilizando os pés, as mãos, a cabeça, os joelhos, cotovelos, e algumas vezes, golpes desferidos com bastões e facões. Uma característica que a diferencia das artes marciais é o fato de ser acompanhada por música. Seu desenvolvimento se deu durante a escravatura, certamente com finalidade de extravasar sentimentos e paralelamente perpetuar a cultura. Mattos explica:

A capoeira pode ser vista, da mesma forma que as irmandades religiosas e as reuniões em batuques, como um espaço construído por escravos e libertos, africanos e crioulos, para encontros e afirmação de apoio e de solidariedade entre os membros de um mesmo grupo. Esses grupos distintos de capoeira eram conhecidos por maltas. [...] (MATTOS. 2008, p.185).

O batuque era uma manifestação cultural marcada pela música e pela dança. Depois de alguns anos o batuque foi incorporado à prática da religião católica ao ser realizado em rituais e festas em homenagens aos santos. Para os africanos a música e a dança tinham uma ligação com o mundo religioso, sendo que através delas, se comunicavam com o mundo espiritual. No batuque tinha batidas de tambores e outros instrumentos primitivos de percussão que acompanhavam as danças. “Um bambolear sereno do corpo, acompanhado de um pequeno movimento dos pés, da cabeça e dos braços” (MACEDO, 1974, p. 62).

O candomblé, por exemplo, surgiu em Belém por volta de 1970 sendo a construção dos caminhos na região a busca pela “afirmação da identidade religiosa e o discurso da identidade e cultura negra” (CAMPELO, 2014, p. 275), que se somou ao cenário religioso local sendo trilhado “através de sucessivas migrações do Tambor de Mina do Maranhão, da Umbanda do Rio de Janeiro e do Candomblé da Bahia para o Pará, em diferentes épocas, que vão unir-se as antigas práticas africanas e indígenas, já existente na região” (CAMPELO, 2014, p.274-275).

Em meio a essas questões Cordeiro e Amaral (2014) discorrem sobre a importância que mulheres negras tiveram na cultura do carimbó no artigo “Entre homens e mulheres, escravizados e libertos, campo e cidade - eis as tias ‘negras’ do carimbó na fronteira do saber na cidade de Vigia - PA”.

Foram diversas manifestações culturais que marcaram a época dos escravos como o bumba-meu-boi, o maracatu, o busca-pé, eram culturas também que se sobressaíam mais no norte e nordeste. No Sudeste era mais comum o lundu e batuque.

Da presença africana na música brasileira, é presença que se constituiu numa influência tão atuante, mais do que de qualquer outra influência africana sobre expressões brasileiras de sensibilidade e de arte.

Durante o século XIX foram substituídos por pais e mães-de-santo nos candomblés e das umbandas. As religiões afro-brasileiras cresceram, não apenas levadas pelo aumento crescente da população, mas também pelo número de adeptos que crescia a cada dia. Nos ritos a presença africana é evidente quando se observa, nos terreiros de candomblé e umbanda, a postura dos corpos, os gestos, a dança em círculo, sempre sob o som nostálgico dos tambores. Aliás, estes são considerados sagrados e não podem ser tocados por qualquer um. Souza cita:

[...] Os ritmos acelerados que os tocadores tiram deles acompanham o transe dos médiuns, por meio dos quais as entidades do além se manifestam, frequentemente assumindo posturas corporais e vozes diferentes. Cada ritmo permite a incorporação de uma entidade sobrenatural, que tem toque, cores, adereços, roupas, comida e gestos próprios. Cada terreiro tem seus orixás e espíritos, cada médium recebe determinadas entidades, em número limitado (SOUZA. 2008, p.133).

Diante desses aspectos, vale citar ainda, que em todo o país existem descendentes afro que vivem do cultivo da terra, em comunidades que relembram os quilombos. São os chamados quilombos contemporâneos. São pedaços da história que dificilmente são lembrados, mas demonstram o vigor cultural exibindo suas tradições e insistindo em não perder a sua herança cheia de valores de cultura. São muitos espalhadas pelo Brasil.

O conceito de quilombo contemporâneo não diz respeito apenas ao que se refere à modernidade da comunidade e seus costumes. É um sentimento enraizado, uma edificação que se pretende erguer de um entendimento realista de quilombo e quilombada, ou seja, a interpretação fiel de sua identidade como descendente afro brasileiro.

Atualmente os quilombos são considerados territórios de resistência, não contra os invasores armados e dispostos a uma luta sangrenta, mas outro tipo de resistência, aquela cultural para manter grupos étnicos e raciais vivos com força suficiente para perpetuar sua história.

Existe um questionamento frequente sobre o preconceito contra os negros no mundo. Em especial, no Brasil constata-se que, por ter sido seu trabalho a força motriz que impulsionou o progresso das classes dominantes séculos atrás, foi o que deu a eles esta

situação de desigualdade diante dos brancos. As disparidades são evidentes no aspecto social e aliadas a esta desproporcionalidade, por isso convive-se com o preconceito.

Percebe-se que o número de pessoas brancas bem sucedidas supera enormemente o número de pessoas negras. Não seria uma situação anormal se não fosse a mentalidade repleta de ironia de que as coisas feitas pelos negros são mal feitas, ou então quando se refere a um negro como pessoa de bom caráter, fala-se: “é um negro da alma branca.” numa declaração de que o negro para ser bom tem de ter, necessariamente, alguma coisa branca. São coisas ditas quase sempre sem maldade, mas que demonstram um preconceito. Moura (1996) comenta:

[...] Em nosso país, apesar de todos se dizerem avessos ao racismo, não há quem não conheça cenas de discriminação ou não saiba uma boa piada sobre o tema. Ainda hoje o trabalho manual é considera aviltante e a hierarquia social reproduz uma divisão que data da época do cativo. Com naturalidade absorvemos a ideia de um elevador de serviço ou de lugares que se transformam em verdadeiros guetos raciais. É por isso que não basta condenar a história, ou encontrar heróis delimitados. Zumbi existe em cada um de nós. É passado e é presente (p.30).

É comum dizer-se que os próprios descendentes afro-brasileiros se discriminam entre si. É uma afirmação equivocada. Esta surgiu depois do conceito de branqueamento da população onde se apregoava que apenas as pessoas brancas seriam portadoras de uma inteligência apurada. Mesmo simbolicamente cogitou-se este branqueamento visando a eliminar o material genético que denunciava a presença de negros no Brasil. O racismo, o terrível preconceito racial, marca profundamente o ser humano que se identifica com um país no qual os negros lutam pela sobrevivência.

É singularmente significativo da capacidade brasileira de elaborar cultura nacional valorizadora de contribuições de outras procedências além da europeia, no caso a africana, o fato de ex-escravos já abrasileirados na sua cultura ou seus descendentes, terem se tornado, de regresso à África, uma presença culturalmente abrasileirante na mesma África, através do reencontro de ex-africanos com uma terra de origem cuja cultura passaria a modificar, a alterar, a abrasileirar, orgulhosos dos seus brasileirismos culturais. Como significativo, é o fato de produtos caracteristicamente brasileiros como a mandioca e o caju terem se integrado, graças á mediação não só portuguesa como, em vários casos, e de africanos abrasileirados de volta a África, noutras culturas situadas em áreas tropicais e africanas.

As considerações aqui esboçadas em torno da importância da presença negra ou africana na sociedade e na cultura brasileiras, é que o Brasil de hoje tende, cada dia mais, a orgulhar-se da presença africana, ou negra, na cultura da sua gente. Tende a reconhecer no negro ou no africano um seu co-colonizador. Brasileiros e africanos negros têm afinidades

que os situam à parte do comum das relações que prendem latino americano mesmo os das regiões tropicais da América; as mais marcadas pela presença africana, à África negra.

A desqualificação como folclórica da influência negra, o preconceito contra as religiões afro-brasileiras, o desconhecimento da importância do negro para a nossa cultura, pois toda nossa culinária é influenciada pelos negros e só tomamos banhos diários por conta dos negros, pois os europeus vindos para cá eram bem sujos, a desqualificação do seu legado como querer branquificar o samba, como se ele não fosse, em sua roupagem original, uma música negra adotada pelos brancos, só serve para basicamente manter e perpetuar o preconceito contra o negro no que ele tem de mais profundo: a falta de orgulho do negro por suas origens, suas crenças, seu legado, sua importância para que este país fosse o que é hoje.

Por isso, tão importante quanto lutar contra o preconceito, contra a cor de pele, é lutar contra o preconceito contra a cultura, lutar contra a intolerância inclusive cultural dos negros. Assim, só um país que se aceite multifacetário em sua cultura, ombreando a influência do emigrante negro ao do branco no Brasil, poderá erradicar, para sempre, esta marca do racismo dos brasileiros.

Na seguinte sessão, aborda-se o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e a Lei 10.639/03, e o que se estabelece na prática.

SEÇÃO II

2.1. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD e a Lei 10.639/03

Este estudo aborda a representação da imagem do negro no livro didático do 5º ano do ensino fundamental (nove anos). Para que se possa debater, apresentar a diversidade de ideias de autores e estudiosos sobre o tema é necessário que se estabeleça os parâmetros para a nossa análise. Dessa maneira, o presente ponto de estudo discorre, inicialmente, com o *Programa Nacional do Livro Didático*, o PNLD, e suas implicações a partir da instituição da Lei 10.639/03.

O PNLD é um programa que foi estabelecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). De 1993 a 1995 foram definidos e publicados os critérios para avaliação dos livros didáticos, sendo realizada, também, a distribuição do livro didático para os alunos do ensino fundamental. A partir de 1996 é iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD.²

Este projeto foi gerado com o intuito de que a escolha do livro didático a ser utilizado pelo professor de uma determinada área, assim como por seus alunos, fosse discutida de forma que a opção representasse o consenso. Nesse entendimento, segundo o MEC:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1929. Até 1995 a entrega era limitada a poucas séries e não tinha regularidade. Durante o governo Collor, parte do programa chegou a ser suspensa. Hoje, atende todos os 35 milhões de estudantes de escolas públicas, do 1º ano do ensino fundamental ao último do nível médio. Todos os estados são atendidos, com exceção de São Paulo, que executa seu programa de forma autônoma. (Portal MEC, 2008, p.32).

De acordo com Santos & Martins (2011) eles citam que as ofertas de alguns livros por editoras e representantes credenciados juntos aos órgãos de educação atinentes que visitam as instituições de ensino com a finalidade de oferecer opções de escolha sobre qual livro adotar para a utilização durante o período letivo, se dá para um período que já foi de três anos. Ao final de cada ano, os livros deveriam ser devolvidos para serem reutilizados pelos alunos da mesma série/ano no período seguinte. Hoje este ciclo não é mais observado em razão da grande perda da qualidade do material físico. Este item se atém ao conteúdo do livro didático

² Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>. Acesso em: 10 Set. 2017.

e, portanto, estuda e analisa o material e a qualidade do que está escrito, que traz informações, conhecimentos e visão crítica para os estudantes (PRADIME, 2007).

Diante das questões, Santos; Martins (2011) referem-se à importância que os livros didáticos tomaram na prática docente e em especial a educação brasileira.

Nas décadas de 1970 e 1980 os livros didáticos assumiram um papel muito importante à prática pedagógica no sistema educacional brasileiro. A desvalorização do ensino público e a falta de qualificação profissional do educador contribuíram para que o livro didático torna-se um instrumento de ensino indispensável e exemplo em excelência, capaz de uniformizar o currículo escolar (SANTOS; MARTINS, 2011, p.20).

Durante a época de 1970 e 1980 surgiram, ainda, indagações sobre a maneira de como eram elaborados, produzidos e a visão que apresentavam os conteúdos didáticos dos livros. Mesmo esses questionamentos não proporcionaram mudanças positivas, de acordo com Mortimer (1988), houve, sim, banalização e fragmentaram os conhecimentos transmitidos para os escolares.

Na década de 1990, para que fosse possível que as mudanças acontecessem, foram promovidas reformas educacionais com o objetivo de sensibilizar educadores para a responsabilidade de trabalhar as mudanças nas metodologias e conteúdos de ensino com as transformações da realidade da educação no Brasil (SANTOS; MARTINS, 2011).

De acordo com Aguiar (2008), mesmo com a elaboração de programas governamentais específicos para essas reformas, com a inclusão de materiais para distribuição nas escolas, neste direcionamento, os objetivos não foram alcançados. Este fato se deu, segundo Aguiar (2008), por se tratarem de projetos simples, uma vez que dependiam principalmente de financiamento e apoio.

Para Aguiar (2008), não houve nem mesmo discussão das propostas, nos estabelecimentos públicos e/ou privados de educação para que esses novos livros didáticos fossem implantados no sistema educativo. Tal o descrédito dos projetos e o ceticismo que provocou nos educadores que, nesta área certamente é o maior conhecedor deste tipo de material. Em relação à questão Lajolo (1996) define-o:

(...) didático é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e assistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina (LAJOLO, 1996, p. 4).

A autora Marisa Lajolo (1996) explana nesta citação a respeito do que é, e a relevância do livro didático, sua importância no desenvolvimento das atividades e do processo ensino-aprendizagem. Lajolo tem tornado-se autoridade em pesquisas e análises desta temática, com estudos aprofundados em assuntos específicos, além da própria experiência profissional e vivencial nos currículos.

Com relação à inserção oficial nos currículos sobre a cultura e história afro-brasileira, vislumbra-se uma estratégia de alteração nas formulações veiculadas na escola, uma vez que sua efetivação concorre para encaminhar “a formulação de outra trama do processo de formação da nacionalidade, por meio da qual todos os agentes possam identificar-se e orientar-se” (COELHO e COELHO, 2013, p. 96).

Nisso, é preciso estar atento para essa inserção dos conteúdos na matriz curricular sobre a cultura e história afro-brasileira, para que não se repita o grande erro que se faz de apenas falar do negro como escravo.

Para que seguisse adiante o projeto de mudança do panorama apresentado até então, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD surge com o objetivo de transformação dessa realidade. A proposta é a produção de livros como recurso material de qualidade, dessa maneira rompendo o paradigma consumista/ mercadológico e, instigando o professor com o desejo de realmente modificar o contexto escolar exposto (SANTOS; MARTINS, 2011).

Colaborando com a discussão os autores citam:

(...) nessa mesma década, com o intuito de assegurar a qualidade dos livros didáticos a serem adotados principalmente pelas escolas públicas foi criado o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), que se comprometia em fazer uma avaliação pedagógica dos livros antes de chegar à sala de aula (SANTOS; MARTINS, 2011, p.22).

Desta maneira, através da implantação do PNLD, em 1990, segundo Albuquerque (2002), o livro didático retorna a receber a merecida atenção, também por parte do Ministério da Educação. Isto fez com que pesquisadores fossem estudar os propósitos deste programa, porque a qualidade começou a chegar à sala de aula e, por consequência o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, pela estreita interligação. Albuquerque (2002) relata:

Nessa mesma década, com o intuito de assegurar a qualidade dos livros didáticos a serem adotados principalmente pelas escolas públicas, foi criado o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), que se comprometia em fazer uma avaliação pedagógica dos livros antes de chegar à sala de aula (p.62).

O livro didático vem, ao longo desta evolução histórica, constituindo-se uma importante ferramenta de cunho pedagógico, que contém a capacidade de proporcionar as mudanças e o objetivado aperfeiçoamento dentro da própria prática pedagógica. De acordo com Ezequiel Silva (1996, p.8) “não é à toa que a imagem estilizada do professor apresenta-o com um livro nas mãos, dando a entender que o ensino, o livro e o conhecimento são elementos inseparáveis, indicotomizáveis”. No entanto, não deve, nem pode ser considerado como portador das informações/conhecimentos prontos. Isto tolhe a capacidade de aprendizado e, principalmente de visão crítica do educando. Seria apenas um reproduzidor de pensamentos de outrem, com respostas elaboradas da mesma forma, através de conhecimentos sintetizados e reproduzidos, de maneira que nem sempre retratam a realidade da comunidade em que o aluno e sua família estão inseridos.

Batista (2003) explana que é por meio de um criterioso processo que a avaliação dos livros didáticos é executada. Há a seleção dos livros considerados bons para o ensino e, após são listados para composição do *Guia de Livros Didáticos*. Estes são mostrados e oferecidos aos professores, para que os profissionais escolham os que julgarem mais adequados à utilização na sala de aula, de acordo com a realidade do seu alunado. Assim como também aos objetivos planejados e às suas práticas pedagógicas.

Augusto Gomes Batista (2003) enfatiza, ainda, os livros classificados pelos avaliadores do PNLD são denominados *recomendados*, justamente em função de cumprir as funções para quais são elaborados, de maneira acertada.

Horikawa & Jardimino (2010) afirmam:

A comissão de avaliação do PNLD é formada por especialistas, que definem os critérios de avaliação do livro didático. Estes critérios referem-se à adequação didática e pedagógica; a qualidade da edição gráfica; a presença insubstituível do manual de apoio ao professor, como um instrumento que permitirá ao educador uma melhor utilização do livro; compreensão dos termos; e abordagens expressadas e assumidas pelo autor ou autores dos livros (HORIKAWA & JARDILINO, 2010, p.31).

Há nesse processo seletivo os livros classificados como não recomendados. São aqueles que não apresentam conteúdo atualizado, não adequado aos propósitos do PNLD. Podem apresentar também opiniões e termos considerados preconceituosos, que fogem à linha do processo de ensino e aprendizagem, que culmina na formação cultural e cidadã do aluno. Induzem, de certa forma, os alunos leitores a erros de conteúdo, de interpretação e de formação de visão crítica.

Os autores citados explanam que a comissão dessa seleção pretende, com o procedimento seletivo de acordo com objetivos pedagógicos de aprendizado, evitar informações e/ou metodologias consideradas inadequadas para os alunos da rede pública de ensino, que vão utilizar os livros didáticos indicados através do PNLD.

Depois de ser criado, o PNLD evoluiu e tornou-se referência da Educação no ensino básico (fundamental e médio), e o Brasil foi indicado como um dos maiores consumidores de livros didáticos. E, embora as críticas e as mudanças de governo e direcionamento, o PNLD tem permanecido como programa essencial de ferramenta de recurso para os alunos do ensino básico (HOFFLING, 1993).

Os dados do Brasil (2011) apontam o investimento de 728 milhões de reais para a aquisição de livros didáticos, abrangendo o benefício a 152.621 escolas no país, em 2010. De acordo com Mortimer (1988), concomitante à amplificação da distribuição dos livros didáticos, há a análise dos indicados no *guia*, por estudiosos e educadores, com a visão de corrigir e aperfeiçoar a qualidade do material.

Este estudo é considerado essencial para o prosseguimento da utilização e do programa. Esse fato atenta para a observação de órgãos governamentais e não governamentais, além de provocar uma sensível melhoria no material colocado à disposição dos alunos. Isto porque, autores e editores querem conquistar ainda mais o mercado (HORIYAWA & JARDILINO, 2010).

Dessa ocorrência pode-se constatar que também o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem é beneficiado, levando mais recursos e conhecimentos para os alunos. Há, no entanto, a visível necessidade da ação/execução do professor, do seu uso e direcionamento do livro didático, para que o aluno possa tirar o melhor proveito. Aguiar (2008) pronuncia que:

Com o desenvolvimento do ensino brasileiro e a criação do PNLD e demais órgãos do Ministério da Educação, no entanto, tornou-se possível aos professores interferir positivamente na qualidade dos livros didáticos, avaliando e promovendo-o em sala de aula, num processo em que cada educador usa da sua própria experiência e vida pessoal, para se apropriar do texto didático e transformá-lo em proposições adequadas à realidade do seu alunado (AGUIAR, 2008, p.29).

Em relação a questão posta e à temática deste trabalho, as críticas quanto à ausência da imagem do negro nos livros didáticos, ainda são esparsas, carentes de encaminhamento de pedidos de revisão e fundamentação inclusive com relação a diversidade, o reconhecimento da identidade cidadã, bem como da valorização da cultura negra.

No que se refere a esses aspectos, Coelho e Coelho (2013) referencia à diversidade e o reconhecimento de identidades pessoais, os quais constituem uma diretriz para a Educação Nacional com o objetivo de “contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã”. Essa diretriz aponta para uma proposta de educação voltada para a superação das discriminações e exclusões em múltiplos contextos e principalmente no interior das escolas.

Nessa perspectiva, a percepção da relevância da escola nesse processo como “uma instância privilegiada de reflexão e problematização” (BRASIL, 1998, p.103) remete à necessidade de resgate da autoestima no que se refere ao imaginário negativo e discriminatório construído em relação a alguns dos agentes que protagonizaram os processos de formação da nacionalidade apontada por Coelho e Coelho (2013).

Diante disso, Silva (2004) diz que é preciso considerar na sala de aula os conhecimentos produzidos pelos grupos oprimidos, reafirmar a sua capacidade intelectual, uma vez que a desconsideração desses conhecimentos é uma forma de fazer-lhes crer na sua falta de capacidade intelectual e assumir a postura de consciências dependentes, que embora cause muitos danos, não os mantêm indefinidamente subordinados ao opressor.

Há que se ressaltar, que a experiência brasileira apresenta uma contribuição “singular” (COELHO e COELHO, 2013) da sociedade civil organizada, no que se refere ao advento da Lei nº 10.639/2003: Ela não emergiu do interior do sistema educacional, entendido aqui como as instâncias normativas e operacionais (o Ministério e as Secretarias de Educação - estaduais e municipais) e suas instâncias constituintes e legitimadoras, como o discurso acadêmico e os cursos de formação docente. Ela nasceu da demanda da sociedade civil organizada. Foram os movimentos civis que apontaram uma lacuna na formação oferecida: o sub-dimensionamento da participação do Negro na formação da nacionalidade brasileira e uma orientação exclusivamente europeia na compreensão dos processos que conformavam a trajetória histórica brasileira (COELHO e COELHO, 2013, p. 95).

Esse envolvimento da sociedade civil organizada, na indicação das demandas que lhes são atinentes, encontra força para sua efetivação, especialmente na voz do povo que clama por mudanças na sociedade brasileira.

Diante do exposto, está claro o que expõe Brito (2012, p.10):

O objetivo da lei é cooperar para ultrapassar a barreira dos preconceitos e das atitudes discriminatórias, por meio de ações pedagógicas que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional. A Lei torna obrigatório o ensino de História

e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas brasileiras, públicas e particulares, desde o ensino fundamental até o ensino superior. A referida lei deixa expresso que deverá ser aplicadas no ensino de Português, Artes e Literatura. Entretanto, concebendo a escola como uma comunidade, não são somente professores que devem saber lidar com as questões expressas na lei, mas todos que interagem, direta ou indiretamente, para o aprendizado do aluno: o porteiro, as merendeiras, o diretor, os pais. Todos devem ter conhecimento dessa legislação.

Prosseguindo, Brito (2012, p.10) reitera que:

No § 1º, a lei objetiva que seja incluso no currículo escolar o estudo da História da África e dos Africanos. A África é o terceiro continente mais extenso do mundo e o segundo mais populoso do planeta. Apresenta grande diversidade étnico-cultural, social e política. É dividido em 54 países independentes e a extensão do seu território é de aproximadamente 30.264.000 km². Com cerca de 10.000 anos, é uma região subdesenvolvida, que apresenta baixos índices de desenvolvimento econômico.

Assim, acredita-se que a lei 10.639/03 é importância no contexto de ações afirmativas reivindicadas pelos movimentos negros na tentativa de eliminação da discriminação e desigualdade racial. É claro que não se pode deixar de considerar e de reconhecer sua importância também no que se refere à mudança de perspectiva em relação ao ensino de História da África no Brasil, pois, pensa-se que este seja o primeiro passo. Mas, é importante refletir: Será que a lei realmente está saindo do papel para a efetividade? Será que a História da África está sendo mais bem representada pelos livros didáticos agora? Será que o espaço reservado à África nos livros didáticos aumentou tanto em quantidade quanto em qualidade? Como será que a imagem do negro nos livros didáticos do 5º ano do ensino fundamental está sendo trabalhada pelos professores em sala de aula.

Ainda se coloca que, as produções acadêmicas que conceberam a adoção de políticas de combate à discriminação na sociedade brasileira têm sido assumidas, no âmbito de alguns processos de pesquisa, como uma conjugação de “um projeto acadêmico e um projeto social - o fim das desigualdades” (COELHO, 2014, p. 81).

Enfim, na colocação da autora está claro que as pesquisas acadêmicas, já validam políticas de combate à discriminação com o objetivo de suprimir as desigualdades que se impunha aos negros por muito tempo.

No aspecto sequente aborda-se sobre o PNLD e a imagem do negro no livro didático.

2.2. O PNLD E A IMAGEM DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO

Conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira, deve ser o ponto principal para analisar a imagem do negro nos livros didáticos. Contudo, torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se nos livros adotados pelo PNLD.

A imagem do negro no livro didático vem recebendo transformações apenas recentemente, pouco mais de quinze anos. Quando se mudou também a forma política de se encarar a Educação. Este próprio plano nacional é advindo desta visão renovada das políticas públicas no que concerne à Educação e todos seus alicerces e ramais estruturais.

Por outro lado, os sujeitos dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania.

Em seu livro 'A discriminação do negro no livro didático' (2004), Silva traz importantes contribuições sobre o estudo da ideologia do branqueamento e da ideologia no currículo escolar, analisa os trabalhos publicados sobre o Livro Didático no Brasil, da década de 50 à década de 80, no que concerne à discriminação e preconceitos em relação ao negro, identificou em vários livros didáticos que analisou para sua pesquisa, os estereótipos presentes e submeteu estes livros a professores para que os analisassem também, a fim de comprovar se esses professores percebiam, nas análises que faziam os estereótipos, discriminação e preconceito contra os negros.

Também Munanga (2005, p.16) posiciona-se em relação à questão citando:

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco.

A ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial no Brasil, expressa o medo que a população branca tem em relação à população negra, no que tange à busca por seu

reconhecimento e conseqüentemente pelos seus direitos de cidadania e de respeito às suas diferenças étnico-culturais. Silva (2004, p. 31) esclarece:

[...] O respeito às diferenças implica numa reciprocidade de igualdade nas relações. Como não é possível estabelecer relações recíprocas de direitos e respeito em um sistema baseado na exploração do outro, desenvolve-se toda uma ideologia justificadora da opressão e inferiorização, objetivando a destruição da identidade, da autoestima e do reconhecimento dos valores e potencialidades do oprimido, com fins de subordinação [...] (SILVA, 2004. p. 31).

A ideologia do branqueamento colaborou para que os brancos fossem vistos como modelo de perfeição humana e, também, que a sociedade e até a população negra vissem como natural a inferioridade do negro, além de justificar o intenso processo migratório, que trouxe ao Brasil, europeus, de pele clara, que substituiriam os negros no trabalho assalariado, como se os negros fossem incapazes de desenvolver qualquer atividade que não fosse baseada no trabalho escravo, fracionando a identidade do povo negro, levando-os às vezes, a atitudes de auto rejeição e de rejeição a seu povo.

Hoje, persistem outras práticas que tentam fazer desaparecer o elemento negro, como os grupos de extermínio de crianças de rua, a ausência de políticas públicas que efetivamente atendam às populações mais carentes do país, o controle da natalidade e, apesar desta situação de exclusão, tenta-se passar a todos os componentes da sociedade, inclusive ao próprio negro, que sofre as amarguras da discriminação, que o Brasil é uma democracia racial, isso, para esconder o racismo e impedir a organização da população negra, mantendo-a sem articulação, subordinada social, política e economicamente. Munanga (2005), assim se refere:

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundas do mundo ocidental (MUNANGA, 2005. p.15).

Silva (2004), ao analisar oitenta e dois livros didáticos da década de 80, concluiu que a população negra foi representada de forma restrita, marcada por estereótipos, de forma desumanizada, em atitudes e comportamentos que expressavam incapacidade intelectual, dissociado de contextos sociais, em funções subalternas, ilustrados e descritos em minoria, em situações de desrespeito e rejeição por parte dos brancos e mestiços de pele clara, num passado distante do atual e que estas situações presentes nos livros didáticos passaram despercebidos pelos professores que os utilizaram em sala de aula. Apenas nove desses livros

didáticos analisados em sua pesquisa, abordavam alguns textos e ilustrações da população negra de forma positiva.

O resultado da pesquisa feita por Silva (2004) possibilitou-lhe dados sobre a falta de percepção dos professores quanto ao preconceito e estereótipos a que estavam submetidos os negros nos livros didáticos. Portanto, havia a necessidade de realizar um trabalho junto aos professores para sanar essa dificuldade. Assim, a autora publica o livro “Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático”.

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. Sabe-se que o Livro Didático ainda é o referencial básico para o trabalho do professor, é difícil defini-lo, dado aos seus múltiplos aspectos e contradições. Por isso, faz-se necessário o estudo de seu histórico, dos interesses que o colocaram em evidência no sistema educacional brasileiro.

Moreira (2006), em seu trabalho sobre o Livro Didático de História de 1980 a 2000 descreve a concepção de vários autores sobre o Livro Didático:

[...] se trata de um produto cultural; um depositário de conteúdos escolares e transmissor de conhecimentos e saberes de uma época; um instrumento de comunicação com função pedagógica que apresenta/informa os conteúdos de forma organizada, seletiva, simplificada/clara e sequenciada; uma ferramenta de trabalho no processo de ensino-aprendizagem; um instrumento ao mesmo tempo didático, pois auxilia o professor no desenvolvimento de sua tarefa docente, decisivo no cotidiano da sala de aula, uma vez que alivia a carga de tarefa do professor, e cujo objetivo educacional é a aprendizagem do aluno; um referencial de aproximação entre professores e alunos; um “professor coletivo”, o condutor da aula, de caráter universalizador, com divulgação universal de conhecimento e valores [...] (MOREIRA, 2006, pp. 27-28).

A partir da colocação, esses enfoques nos permitem entender que o Livro Didático pode adquirir diversos significados, dependendo do trabalho desenvolvido por quem o utiliza. Nesse sentido Freitag; Costa e Mota (1987) assim propõem:

[...] A análise crítica do Livro didático também não pode ser feita desvinculada do contexto geral do sistema educacional brasileiro. Os fatores condicionantes deste afetam e determinam igualmente aquele [...] (FREITAG; COSTA; MOTA, 1987, p.1).

Diante das colocações, entende-se que o Livro Didático não é a única fonte de acesso ao conhecimento, de leitura que o aluno dispõe, porém, é uma ferramenta importantíssima nesse processo e, por isso, deve ter atenção especial por parte dos técnicos que fazem parte do Programa Nacional Do Livro Didático – PNLD, no sentido de focar a imagem do negro nos

livros didáticos, a partir de sua valoração enquanto pessoa, independente da cor da pele. Munanga (2005, p.16) reflete que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos diariamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Acredita-se que mais estudos e pesquisas devem ser feitas em relação ao Livro Didático e as mesmas devem chegar inclusive aos professores, principalmente àqueles que estão no chão da sala de aula, muitos dos quais se formaram há mais tempo, quando estes debates ainda não haviam chegado na academia. Isso poderá ser realizado por meio de grupos de estudos e cursos de formação, que possibilite reflexões diversas desde os interesses das editoras e dos autores, passando pela postura do governo em relação a ele, seja na parte financeira ou pedagógica, até chegar às diferentes interpretações que um mesmo conteúdo escrito no Livro Didático possa ter, dependendo do enfoque dado à sua análise.

Uma questão que nos chama atenção é o modo como o negro é retratado nas escolas, seja como conteúdo formal nos materiais didáticos, seja como professores e alunos. A obra de Silva (2004). Silva percebe a forma deturpada com que é tratado o negro no livro didático, material que orienta grande parte das atividades em sala de aula e que, num contexto (não muito difícil de ser encontrado) de professores mal formados que atuam como agentes mais reforçadores do que desmistificadores das ideologias veiculadas nesse material, este material acaba sendo um dos grandes responsáveis pelo auto-conceito que os alunos formarão sobre si e sobre a realidade que os cerca. Infelizmente, o que Silva observou sobre o conteúdo étnico-racial presente nos livros, nos preocupa muito quanto a sua representação a ser formada.

Para isso, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD deve investir esforços para que as ilustrações dos livros didáticos possam ser exercidas pelas mulheres e homens negros normalmente. Convém lembrar a importância das profissões estigmatizadas, mostrar sua utilidade para a sociedade, não apenas aparecer desempenhando papéis subalternos, porque nos deparamos frequentemente com alunos que pertencem ao grupo étnico/racial, e diante disso ele se sente estigmatizado rejeitado em seu grupo étnico/racial.

Nessa linha de entendimento, Munanga (2005, p.15) explica:

Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional.

Dito assim, o Livro Didático necessita ser observado como um dos meios utilizados pela classe dominante, para disseminar suas ideias e, muitas vezes, para justificá-las, sendo então, um grande veículo transmissor de ideologias, valores, e de um determinado período histórico e sociedade deste período. Bittencourt (2009, p. 72), expõe que “Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa” (BITTENCOURT, 2009, p. 72).

Silva (2010) refere-se à questão expressando-se assim:

Desmontar os estereótipos que veiculam a ideologia de inferiorização das diferenças étnicorraciais e outras, ensinar que a diferença pode ser bela e enriquecedora, que o diferente, o distinto étnicorracial e outros, não são desiguais, é fundamental na luta pela cidadania plena. É um grande passo para a reconquista da autoestima e cidadania dos descendentes de africanos, que por possuírem a pele mais escura e os cabelos mais crespos, são denominados negros e são estigmatizados e excluídos [...] (SILVA, 2010, p. 59).

Na análise dos livros didáticos da década de 1990, Silva (2011), constatou que, do universo utilizado de quinze livros, cinco deles apresentaram mudanças significativas em relação à representação do negro, nos textos e ilustrações, quando comparados com os livros utilizados pelos professores, na década de 80, os quais, a autora, havia analisado em 2004.

Segundo Silva (2011, p. 33-34), na maioria das vezes, os personagens negros foram ilustrados sem caricaturas, não associados a animais como o porco e o macaco, possuem contexto familiar e são identificados por nomes próprios, a maioria apresentada como componente da classe média, com variados papéis e funções dentro da sociedade brasileira, as crianças negras aparecem interagindo, em condições de igualdade, com outras crianças de diferentes etnias, como todas as crianças, as negras são apresentadas praticando travessuras e boas ações, são elogiadas, aparecem em lugar destacado nas ilustrações. Apesar dessas posturas positivas, os negros ainda foram representados como minoria e suas manifestações sociais não foram descritas ou analisadas nesses livros didáticos da década de 90. Outro fato que chamou a atenção da autora foi a semelhança dos traços fisionômicos da grande maioria

dos personagens negros aos traços fisionômicos dos personagens brancos, além da igualdade dos valores culturais atribuídos aos personagens brancos.

Para Silva (2011, p. 61) os fatores determinantes da possível equalização ou assimilação da representação social do negro nos textos e ilustrações desses livros didáticos, foram se identificando, quando os entrevistados, autores desses textos e ilustrações, confirmaram, em variadas situações, a falta da percepção que tinham das diferenças culturais dos afrodescendentes. Nesse trabalho, a autora apresenta ainda as categorias que apontam as causas que determinaram as transformações na representação social do negro no Livro Didático. Segundo as entrevistas com os autores de textos e ilustrações, a convivência, ou seja, a vivência de brancos com negros foi o determinante de transformação que apresentou maior frequência nos livros analisados. Porém, essa aproximação tanto pode ter sido feita pelo negro, na tentativa de assimilar os valores do branco, buscando, assim, uma igualdade aparente e não a luta pela desconstrução das barreiras que impedem a conquista dos direitos enquanto cidadão quanto pelos objetos que estavam na consciência dos autores.

Outras categorias que determinaram, segundo os autores dos textos e ilustrações, as mudanças na representação social do negro nos livros didáticos foram: a presença de discriminação de negros nos grupos sociais aos quais pertencem esses autores, levando os mesmos a discutirem os preconceitos e discriminação presentes na escola e a necessidade de combater tais atitudes, por muitos ainda negados, em defesa de privilégios; os valores pessoais, socioeconômicos e culturais dos afro-brasileiros expandidos na sociedade brasileira, por meio da contribuição intelectual dos africanos escravizados, dos acordos e reivindicações com seus senhores, nas insurreições, a contribuição literária do povo negro e seus descendentes, os textos, produzidos em português ou em árabe, a tradição oral, as músicas, as danças, o teatro, o carnaval, apesar de ter sido apropriado pelas elites, dado seu valor no mercado econômico capitalista, a força das religiões africanas como formadora de identidade e autoestima, que desenvolveu estratégias de sobrevivência, são características de um povo inteligente, reconhecidas por alguns autores, após sua participação em eventos culturais negros; o cotidiano e a realidade vivida; a identidade étnicorracial dos autores entrevistados, que, a partir do reconhecimento e aceitação de sua própria identidade, seja ela, oriunda do negro, do indígena ou do branco, transformou a maneira como representavam o negro; as leis e normas, que reafirmam os avanços no reconhecimento da humanidade do negro e dos seus direitos de cidadania; a mídia, apesar de ainda marcada pelo ideal do branqueamento e de apresentar, em grande parte de suas produções o negro de forma estigmatizada e

desumanizada, tem-lhe dado maior visibilidade; a família, como construtora de identidades plenas e, por fim, o Movimento Negro, como fator determinante das demais categorias.

As diferenças sempre existiram, não só na sociedade brasileira, mas no mundo todo. Porém, elas devem ser conhecidas e repassadas em atitudes positivas, pois é na diferença que se processa toda a riqueza de uma sociedade, sociedade que não exclui ninguém, seja pela cultura ou aspectos fisionômicos. Precisa-se ver o Livro didático com novo olhar, investigador, capaz de perceber suas falhas e também seus acertos, partir dele, ler nas entrelinhas, para reconstruir conhecimentos, por meio da mediação reflexiva e consciente do professor e seus alunos. Assim, ele poderá cumprir a função de ser um instrumento fundamental na reelaboração dos saberes escolares, refletindo, por meio dele, nossa realidade social, desmontando a ideologia, os preconceitos e estereótipos que desumanizam.

Assim, dada à complexidade de fatores que interferem na política do Livro Didático no Brasil, percebe-se a necessidade de conhecê-lo melhor para poder criticá-lo e melhorar seu conteúdo para melhor uso em sala de aula, uma vez que a presença do negro nos livros, frequentemente aparece como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu o período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania. E a correção dessa representação nos textos e ilustrações pode constituir-se em uma atividade escolar gratificante e criativa, inclusive a partir da identificação e desconstrução pelo aluno, orientado pelo professor.

Vale citar que ao ser aprovada em 09 de janeiro de 2003, a lei nº 10.639 torna obrigatório nas escolas públicas e privadas, no Ensino Fundamental e Médio, o ensino de História e Cultura afro-brasileira. A implantação dessa legislação dá-se após, semelhante ao estudo e discussão do PNLD, estudos/pesquisas e significativas modificações na maneira de pensamento referente à Educação, de modo geral, no Brasil.

Em consonância com o Livro didático, Coelho (2009) entende que a Lei nº. 10.639/03 é uma oportunidade de se repense a questão da inclusão sob uma nova perspectiva. Uma vez que normalmente, as discussões sobre inclusão estão relacionadas aos alunos com “necessidades especiais” - detentores de dificuldades de ordem psíquicas ou físicas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998) incorporaram as novas temáticas de consenso coletivo a respeito dos temas inclusos, transversais e/ou obrigatórios. Munanga (2005) comenta isso:

O Ministério da Educação e do Desporto, ao instituir os Parâmetros Curriculares Nacionais, introduzindo neles o que chamou de Temas Transversais, busca caminhos apropriados e eficazes para lutar contra os diversos tipos de preconceitos e

de comportamentos discriminatórios que prejudicam a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária. Mas deixou aos próprios educadores a liberdade de incrementar o conteúdo desses temas transversais, baseando-se na sua experiência profissional e nas peculiaridades de seus meios (MUNANGA, 2005. pp.19-20).

Com esta necessidade de adequação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas, vem a assimilação de temas transversais, apontados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), temas sobre a diversidade étnica, cultural e religiosa existente em nosso país.

SEÇÃO III

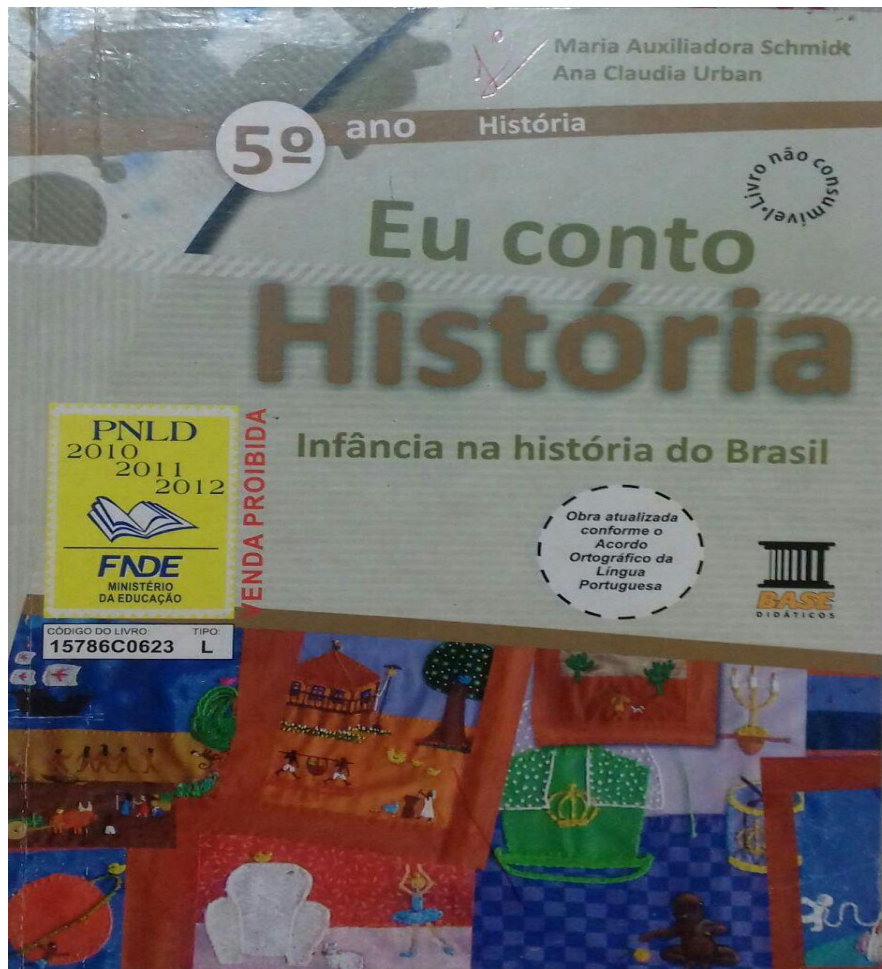
3.1. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA QUE APRESENTAM A IMAGEM DO NEGRO

Foi efetuada uma análise em relação à imagem dos negros em três livros didático do 5º ano do ensino fundamental, escolhido aleatoriamente, com o propósito de verificar se estava de acordo com a Lei 11.645/08, a qual alterou a lei 9.394/96, que foi modificada pela lei 10.639/03, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, fundamental e médio, público e privado, a obrigatoriedade da temática o ensino da história e da cultura afro-brasileira e Indígena, a ser ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, de literatura e história brasileira. Com sua importância na formação da sociedade brasileira, resgatando as contribuições nas áreas social, econômica e política pertinente à história do Brasil. A intenção de combater a discriminação e o preconceito contra esses grupos étnico, bem como promover a autoestima do negro no espaço escolar e na sociedade.

A seguir se apresenta a identificação dos livros analisados, bem como as imagens escolhidas pelo grau de interpretação do contexto referente ao assunto pesquisado:

1º LIVRO ANALISADO: Eu conto História: Infância na História do Brasil, 5º ano do Ensino Fundamental. Shimidt & Urban, 2009. Curitiba.

IMAGEM 1- Capa do Livro



Fonte: Livro - Eu conto História: Infância na História do Brasil, de Shimidt & Urban, 2009. Curitiba.

A capa contempla na imagem, o que os conteúdos referenciam sobre a história e à cultura afro-brasileira e à indígena, com objetividade, explorando aspectos culturais diversas representações e modos de vida, gostos, crenças, danças, tradições, entre outras.

O livro faz parte de uma coleção que se orienta pela perspectiva da Educação Histórica, é norteada pelo princípio de que a História é uma ciência em processo e, como outras ciências humanas, uma construção social. Tem como eixo temático a Infância. Identifica a concepção histórica, e essa se revela claramente nos textos e atividades.

O livro apresenta uma proposta onde abordar a história como narrativa e de relacionar seu ensino-aprendizagem com o aprender a ler e escrever historicamente apoiando-se na adoção de estratégias cognitivas e didáticas para desenvolver as competências de leitura, interpretação e escrita da História. Assim sendo, assume como objetivo das atividades, a

construção de argumentações históricas, fundamentadas no uso dos conceitos, de informações e opiniões, a partir das fontes primárias e secundárias. Destaca-se a incorporação de diferentes sujeitos históricos para compreensão dos fatos e a utilização de variadas fontes. (Livro: *Eu conto História: Infância na História do Brasil*, de Shimidt & Urban, 2009. Curitiba. pp.4-5)

Ainda nesse livro se observou quantas vezes a imagem do negro, do branco e do índio aparece: o negro dezessete vezes, branco vinte duas e índio onze, e essa a imagem do negro está expressa. A referência da criança negra é unicamente em uma comunidade quilombola, assim como uma indígena praticamente selvagem, sem roupas praticando atividade com arco e flecha.

As imagens fotográficas disponibilizadas estão muito escurecidas, desbotadas, enquanto que nos desenhos as imagens são cinzentas e indiretas.

Já na representação do papel social desempenhado por cada grupo étnico-racial na sociedade: o índio tem com pouca representatividade como importante grupo étnico racial na sociedade. O livro didático escolhido apresenta um ensino descontextualizado, e com pouca reflexão e análise dos assuntos referente ao índio, enquanto que o negro tem a representação do papel e da cultura negra por meio dos personagens das histórias infantis, estava fortemente ligada a um retrato da condição “inferior” dos mesmos, a uma expressão de subalternidade. Em nenhuma das representações de personagens negros daquela época, os traços da cultura africana eram ressaltados ou citados de forma positiva, mas era evidenciado o fato de não saberem ler e eram retratados de modo pejorativo, se tratando do branco ainda há a presença naquele contexto, de uma superioridade do homem branco com relação aos que antes eram cativos, apesar de agora livres, ainda eram vistos como menores. As imagens demonstram que eram os brancos os detentores da beleza, da colocação social e das qualidades evidenciadas e que se deveria desejar possuir.

E se tratando do ensino da cultura Africana e Afro Brasileira, neste livro, está contemplado: Embarque de escravos na África; Rotas do tráfico da África para o Brasil; Como as crianças africanas vinham para o Brasil; Viagens nos navios negreiros; Mercado de Escravos, Troca de barras de ferro por pessoas num lugar e em seguida as trocavam por ouro; Modos de vida das crianças africanas na Colônia e no Império; Escravos sendo catequizados, vendendo frutas nas ruas.

Na parte pedagógica, em geral, há na coleção coerência e adequação teórico-metodológica por meio de uma articulação entre conteúdos e estratégias em cada volume, proporcionando a progressão no ensino-aprendizagem. Há ênfase para que os alunos desenvolvam competências e habilidades para o pensamento crítico, em especial com relação

à compreensão, análise, síntese e argumentação, e a integração das atividades aos conteúdos, que pode possibilitar o desenvolvimento de diferentes capacidades e conscientização com relação ao racismo.

Dessa forma, combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender a reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali (BRASIL, 2004, p. 5-6).

Em conformidade com a epígrafe acima está posto que “as formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali” (MEC, 2004, p.14).

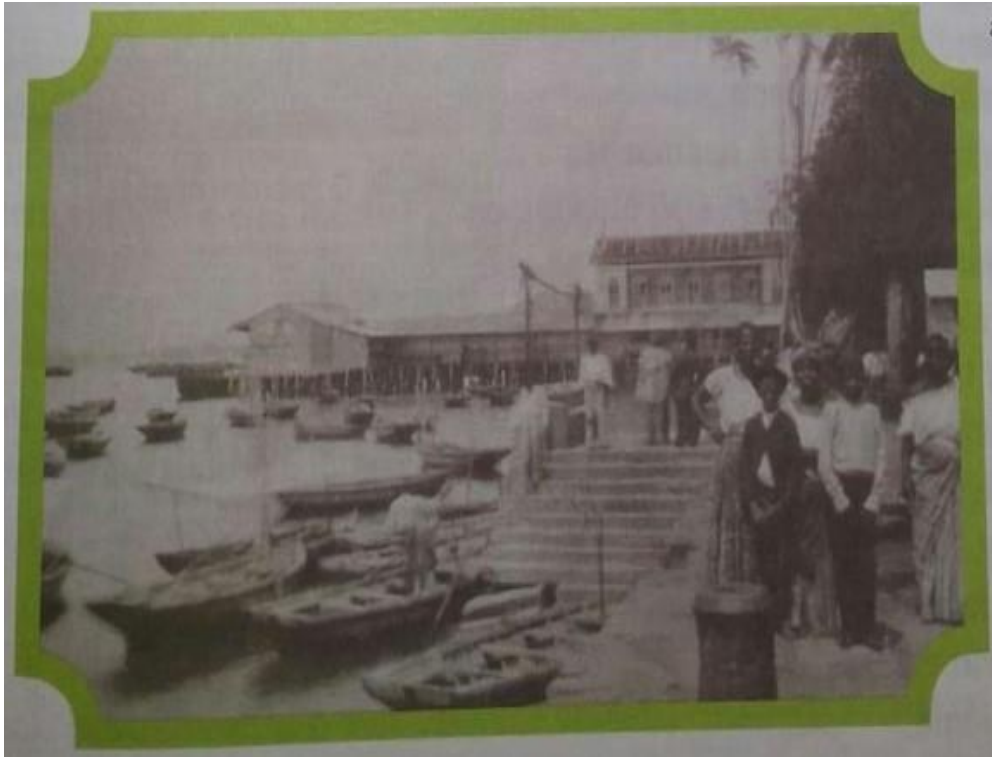
Na escola, quase frequentemente, o “racismo, o preconceito e as diversas formas de discriminação não são vistas como manifestações não cidadãs, o que não quer dizer que aprovem, sustentem ou ratifiquem o racismo. Longe disso. Quer dizer, isso sim, que não identificam esses vícios e desvios morais como um problema sobre o qual possam intervir por meio de ações pedagógicas concretas” (COELHO; COELHO, 2013, p. 332).

Outro ponto importante que deve ser observado é o de que as imagens são pouco exploradas. Essas aparecem, geralmente, com a função de acompanhar ou ilustrar o texto principal e muitas sem nenhuma qualidade. Não são, na maior parte das vezes, problematizadas. Além disso, prioriza-se o contexto da região Sul em muitas fotos ilustrativas, desconsiderando, assim, a diversidade regional brasileira. Concernente à cidadania, a coleção apresenta algumas imagens que favorecem a integração de meninos e meninas, sem um aprofundamento da questão. Observa-se muito bem os preceitos sobre educação afro-brasileira e indígena. Está isenta de doutrinação religiosa ou política, entretanto, deve-se observar a ausência de tratamento histórico dos preceitos éticos.

Em relação a isso, pode-se destacar; pois acontece que as diferenças estão sendo produzidas e reproduzidas constantemente no interior da sociedade, devido ao seu dinamismo que não cessa de se reinventar. Logo, as diferenças se reproduzem por meio das relações de poder dos grupos sociais e, por essa razão, não devem ser simplesmente respeitadas ou toleradas, pois são permanentemente arranjadas e refeitas; o que devemos identificar são as relações de poder que presidem sua produção e refletir sobre as estratégias pedagógicas de subversão. A Lei n 10.639/2003 apresenta, entre outras dimensões, a alteração na perspectiva de se constituir a formação da sociedade brasileira, especialmente no sentido de fortalecer a

identidade e direitos na acepção de romper “com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação contra os negros” (BRASIL, 2003, p. 10).

IMAGEM 2 - Famílias que vieram da África e eram negociadas nos portos



Fonte: Livro - Eu conto História: Infância na História do Brasil, de Shimidt & Urban, 2009. Curitiba. p. 29.

Segundo Shimidt & Urban (2009, p. 29), cerca de 10 a 15 milhões de africanos (homens, mulheres, crianças, jovens e adultos) foram desembarcados na América, entre os séculos 16 e 19. Nos quase 300 anos em que durou a escravidão no Brasil, muitos africanos vieram para cá como escravos.

As autoras acima citam que, os principais locais onde os escravos chegavam ao Brasil eram os portos do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão.

Ao que se percebe, esta imagem demonstra a recém-chegada e a realização do tráfico de africanos escravizados que ocorria nos portos, onde eram vendidos nas diversas cidades portuárias do Brasil, ao longo do período colonial.

Esse comportamento representa uma humilhação ao povo negro que além de ser desrespeitado como pessoa, servia como venda de mercadoria, foi dissipado seus laços familiares como nos coloca Matosso (2003, p.65); que os negros foram separados de seus parentes, amigos, tendo que deixar sua terra e chegando a terra desconhecida ainda sofria agressões, promiscuidade a bordo, fome e a rudez agressiva dos seus condutores.

IMAGEM 3 – Criança de origem Hauçá

Fonte: Livro - Eu conto História: Infância na História do Brasil, de Shimidt & Urban, 2009. Curitiba. p. 33

Por considerar as diferentes origens africanas, Shimidt & Urban (2009, p.33), citam que a configuração étnica da população baiana modificou-se significativamente nas últimas décadas do século XVIII e ao longo do seguinte, quando Hauçás, Nupes e outros povos islamizados tornaram-se comuns entre os escravos, em especial a partir dos volumosos desembarques de cativos de fala Ioruba no século XIX.

Conforme as autoras as crianças de origem hauçá; muitos africanos dessas etnias foram trazidos da África ocidental para o Brasil, onde formaram uma população na Baía, tornando-se escravos. Estes se concentraram como escravos islamizados na Bahia representando seus padrões históricos em solo baiano.

Percebe-se que a imagem reflete a figura da raça negra que na realidade, embora não refletida de valores, suas origens étnicas escravas estão bem presentes no recôncavo baiano.

Diante disso, entende-se que todas as raças devem ser valorizadas, pois contribuíram e contribuem significativamente com a formação da cultura afro brasileira.

IMAGEM 4 – Transporte de Africanos no Navio Negreiro

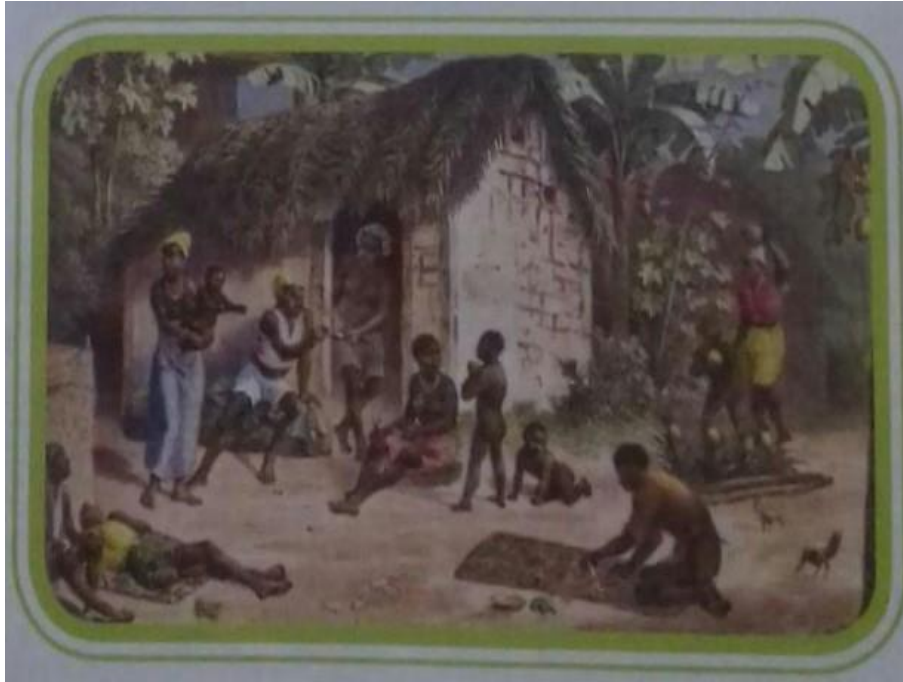
Fonte: Livro - Eu conto História: Infância na História do Brasil, de Shimidt & Urban, 2009. Curitiba. p.35.

Para Shimidt & Urban (2009, p.35), os portugueses transportavam os cativos na coberta ou convés das embarcações, com o tempo, foram fabricadas outras embarcações maiores que possuíam três cobertas: os homens viajavam no porão inferior, as mulheres, no intermediário, e as crianças e as gestantes, no superior. Nos navios menores, os homens viajavam no porão, com água e as mercadorias, as mulheres nas cabines e as crianças nos conveses, apenas protegidas por um toldo.

A imagem acima reflete como eram transportados os africanos a bordo das embarcações chamadas navios negreiros, com tratamentos desumanos, como bichos enjaulados como pessoas sem valor e respeito. Essa viagem era difícil durava muito tempo, e nesse prolongar as pessoas perdiam sua identidade, sua real personalidade, eram diminuídas a ponto de não poder se pronunciar em favor de seus direitos.

Portanto, a imagem representa uma história muito triste, marcante e humilhante, com o comportamento de exploração e violência contra homens e mulheres africanos adotado nesses transportes. Apesar de muitos anos terem se passado, ainda hoje existe muita exploração e violência, principalmente com as pessoas negras em diferentes situações no Brasil.

IMAGEM 5 – Habitação de Afrodescendentes



Fonte: Livro - Eu conto História: Infância na História do Brasil, de Shimidt & Urban, 2009. Curitiba. p. 37.

Ao fazer a leitura desta imagem, entende-se o que Shimidt & Urban (2009, p.37), citam que durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal, de 1500 a 1822, as crianças viviam junto aos seus grupos familiares e dividiam o seu tempo entre os trabalhos, para aquelas que eram obrigadas a trabalhar, o contato com a natureza e as brincadeiras.

A imagem da família representa a contribuição da raça e cultura negra para a formação do Brasil. Segundo Coelho (2005) o negro no Brasil, continua sendo hostilizado, ostensiva negatividade social em decorrência de sua cor.

É inegável e fundamental, pois se percebe fortemente a representação da família formada por pai, mãe e filhos, onde todos se envolvem nas questões do cotidiano, acomodam-se no chão ao redor da residência de barro e palha, e ao mesmo tempo, uns trabalham, outros descansam e as crianças estão livres no terreiro.

Nesta cena, a interação está presente entre os pares, e todos comungam das conversas e afazeres, comportamentos hoje distantes das famílias da contemporaneidade.

Enfim, acredita-se que esses descendentes desta raça sofrida, viveram séculos contribuindo para o mundo das artes, dos esportes, da política, enfim, da vida social brasileira.

IMAGEM 6 – Crianças Afrodescendentes e suas mães



Fonte: Livro - Eu conto História: Infância na História do Brasil, de Shimidt & Urban, 2009. Curitiba. p. 55.

As autoras Shimidt & Urban (2009, p.55) falam de que há informações históricas que, no estado do Maranhão, para onde tinham ido vários navios negreiros, procedentes de duas regiões da África, os Sudaneses da Nigéria, Daomé e Costa de Ouro e os Bantos vindos de Angola e Moçambique em 1850, meninos, a partir dos 7 anos, começavam a trabalhar na lavoura e pecuária, e as meninas ajudavam na lavoura e trabalhavam como domésticas.

Nesta imagem do citado livro didático, percebe-se a referência à imagem do negro no trabalho, independente de idade, crianças e adultos se misturavam, e todos eram explorados em sua mão de obra.

Percebe-se quase sempre, que suas vestes invariavelmente eram cinzentas, o que faz confundir facilmente com o ambiente, sem denotação alguma.

A imagem representa bem como o personagem negro é colocado, totalmente como secundário nas ações, ele está sempre para o trabalho, para os afazeres, com um nível de exploração fora do normal.

Percebe-se que dos negros trazidos para o Brasil e feitos escravos, restou sua cultura que orgulha não somente as pessoas que são definidas como descendentes afro-brasileiro, mas a todos os que vivem neste país. São tradições, costumes, fatos e mais uma infinidade de coisas que se transmitem de forma duradoura por várias gerações, até mesmo suas comidas.

IMAGEM 7 – Jogo de Capoeira



Fonte: Livro - Eu conto História: Infância na História do Brasil, de Shimidt & Urban, 2009. Curitiba. p. 60.

Com relação à imagem acima, Shimidt & Urban (2009), relatam que desde a época do Brasil Colônia, os africanos que viviam no Brasil desenvolveram várias formas de reagir aos castigos e violência que sofriam dos senhores de escravos. A fuga e a formação de Quilombos foi uma delas. No entanto, os senhores proibiam que os escravos praticassem qualquer tipo de luta para se defender. Então desenvolveram ritmos e movimentos como a capoeira.

A capoeira como pode se ver na imagem, praticada nas senzalas, à noite, ocasião em que os escravos ficavam com os braços acorrentados, é uma cultura que mistura luta, dança, cultura popular e música, movimentos, onde utilizam os pés, as mãos, a cabeça, os joelhos, cotovelos. É entendida como Mattos (2008, p.185) relata uma forma de afirmação, apoio e de solidariedade entre os africanos e crioulos, membros de um mesmo grupo.

Pode-se assegurar que as imagens aqui representadas no livro didático - Eu conto História: Infância na História do Brasil, de Shimidt & Urban (2009); acabam por afirmar que a imagem dos negros, continua com pouca representatividade como pessoa, sem direitos, apenas reprodução do que de mais negativo lembra o negro, apesar de a escravidão ter acabado há bastante tempo.

2º LIVRO ANALISADO: História do 5º ano. Projeto ECO, Ensino Fundamental I. Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette, Editora Positivo, do PNLD (2013-2015). Curitiba.

IMAGEM 8 – Capa do 2º Livro - Projeto ECO



Fonte: Livro - Projeto ECO, 5º ano. Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette, Editora Positivo, do PNLD (2013-2015). Curitiba. 2011.

O livro História do 5º ano – Projeto ECO apresenta em sua capa a imagem de um gato maquinado, onde o caracteriza com o conhecimento que deve ser dinâmico.

Para a área da História, esse material didático é concebido como um recurso auxiliar para o professor ensinar, como um meio facilitador da aprendizagem para o aluno, como também um recurso auxiliar na formação contínua e atualização na área histórica para o docente. O Livro Didático tem a possibilidade e o papel de registrar a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e socioculturais, seja na dimensão de uma cidade, um estado ou uma região do Brasil, possibilitando o estudo da História local e do meio em que o aluno vive.

Neste mesmo livro, ao analisar as vezes que a imagem do negro, branco e índio aparece observou que: cinquenta e quatro imagens da raça branca, quinze de negros e um de

índio. Está muito nítida a prevalência da cor branca nas imagens contempladas nos livros didáticos analisados por nós nesta pesquisa.

E referente às imagens contemplada neste livro, em relação a questão de conteúdo, as imagens mostram-nos que elas são muito mais que simples ilustrações de compatibilidade com o texto escrito.

E ao observar como é abordado o ensino da cultura Africana e Afro Brasileira, o livro aborda: A luta pelos direitos: abolicionistas e Republicanos; escravos partindo para o trabalho nos cafezais; O Brasil e o mundo atual; As Artes e os Esportes.

Ainda vale ressaltar que, observei no segundo livro analisado, História do 5º ano – Projeto ECO, de Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette, Editora Positivo, do PNLD (2013-2015), uma omissão consideravelmente da imagem do negro nos conteúdos, mostram-nos que elas são muito mais que simples ilustrações de compatibilidade com o texto escrito. Considerando-as uma mensagem visual compreendida entre expressão e comunicação (JOLY, 2012) explica-se que elas expressam mensagens implícitas que nos mostram exatamente o que as pessoas estão fazendo, porém, há uma história por trás delas que nos faz reconhecer e dar visibilidade às pessoas que, por muito tempo, foram severamente segregadas por conta da cor da sua pele.

Para isso, é importante atentar para um aspecto que é a formação de professores de maneira estruturada e consciente sobre relações étnico-raciais, visto que estes exercem grande influência sobre alunos, futuros profissionais da área, os quais, caso também não sejam preparados, reproduzirão o que vivenciaram, fechando o ciclo da reprodução do preconceito e da discriminação racial na escola e em todos os círculos sociais dos quais façam parte.

De acordo com a questão:

Essa reprodução se dá por duas razões: em primeiro lugar, porque a instituição é formada por agentes sociais que, a despeito dos habitus diversos, contribuem para a reprodução das estruturas da cultura dominante, no que tange à questão racial; em segundo lugar, porque a instituição se omite de cumprir a sua função de fazer emergir um novo habitus, profissional, no qual o preconceito, o racismo e a segregação não se manifestem, ainda que persistam na convicção de cada um dos agentes. (COELHO, 2009, p. 34)

No que concerne à visualização da imagem do negro, compreende-se que podem existir vários olhares, vários entendimentos e narrativas, que se analisarmos com certa complexidade, entende-se que essas várias possibilidades de se ler uma imagem podem sutilmente se resumir em uma única e generalizante representação tornando regulador o espaço de atuação dos negros e a visão que se propaga sobre eles.

Dessa forma, pode-se afirmar que os pressupostos que norteiam a Coleção ECO História vão ao encontro das atuais tendências historiográficas, que apontam a importância da contextualização em relação à diversidade das fontes históricas, coerentes com a época, local e condição em que foram produzidas, não sendo estudadas de maneira isolada, contudo obscurecem muitos aspectos sobre os negros.

O material proporciona a compreensão de conceitos importantes, tais como: tempo, espaço, fonte histórica, fato, acontecimento, interpretação, memória, patrimônio, preservação, identidade, cultura, natureza, sociedade, relações sociais e trabalho. Entende-se que o livro deveria explorar mais a variedade e riqueza ilustrativa, permitindo aos alunos uma melhor visualização e entendimento sobre os fatos históricos ocorridos, embora pudesse apresentar ainda uma discussão multicultural levando em conta a valorização do negro. (Livro: História do 5º ano. Projeto ECO, Ensino Fundamental I. Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette, Editora Positivo, do PNLD (2013-2015). Curitiba).

Neste sentido, essa pesquisa se coloca como mais um instrumento de subversão dessa realidade, na medida em que, demonstrando a forma como se trata da questão racial no Brasil e suas consequências para a manutenção do preconceito e discriminação racial, busca servir para a proposição de mudanças que devem agir também sobre o material didático empregado nas escolas, mas principalmente sobre a formação dos professores, tanto em seus cursos de licenciatura quanto no que se refere à formação continuada, de modo a torná-los mais críticos e atentos a essa questão para que não a deixem passar despercebida ou reaja somente no âmbito da indignação, sem nenhuma aplicação prática, a partir de uma fundamentação teórica circunstanciada (COELHO, 2009).

Acredita-se que, apesar dos avanços ainda é necessária uma intensificação do compromisso das obras didáticas com a abordagem dos conteúdos previstos na legislação vigente, para consolidar definitivamente a promoção positiva da História africana, afro-brasileira e indígena, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do país, valorizando o caráter multicultural da sociedade brasileira.

IMAGEM 9 – O Império do Café

Fonte: Livro - Projeto ECO, 5º ano. Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette, Editora Positivo, do PNLD (2013-2015). Curitiba. p. 66.

Conforme a imagem acima sobre o império do Café, destacado no livro - Projeto ECO, 5º ano das autoras; Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette, (2011), o café foi muito importante para o desenvolvimento do Brasil. Durante o reinado de D. Pedro II, o café foi produto mais exportado e, desde 1840, o Brasil já era o maior produtor do mundo. Existiam grandes fazendas ad café que contavam com a mão de obra escrava. Alguns proprietários possuíam mais de 200 escravos trabalhando em suas fazendas.

No século XIX, a maioria era levada para trabalhar nas plantações de café “Mas também as cidades, a essa altura, maiores e com mais necessidade de trabalhadores, absorviam-nos em grande quantidade” (SOUZA, 2008).

Em decorrência disso, a imagem acima nos mostra que a mão de obra escrava que trabalhava nas regiões rurais para a colheita do café era certa. Percebe-se na imagem que o mundo dos escravos se resumia ao trabalho, estafante e obrigatório, o que favorecia o enriquecimento dos patrões no chamado império do café.

IMAGEM 10 – Artista Negro do mundo Atual

Fonte: Livro - Projeto ECO, 5º ano. Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette, Editora Positivo, do PNLD (2013-2015). Curitiba. p. 125.

As autoras Landes, Portela e Marchette (2011), fazem uma fala de que não apenas os produtos brasileiros fazem parte da globalização. Os artistas e esportistas também são conhecidos no mundo inteiro.

Por conta dessa reflexão, diferentes imagens de pessoas brancas aparecem no texto, e em meio a essas está a do Edson Arantes (Pelé), onde ao vê-lo reporta-se logo a momentos em que se vibrou com gols dele enquanto jogador da seleção Brasileira, não necessariamente festejando porque é negro. E muito menos com músicas que nos lembra de algum momento inesquecível, mas ainda se convive com um preconceito retido no fundo das nossas almas. Seja por exemplo, no tratamento, seja nos espetáculos televisivos ou teatrais, no ambiente de trabalho, em uma pessoa que caminha junto conosco.

Diante disso, percebe-se que os espaços ainda não estão devidamente preenchidos por esta parcela tão sofrida da sociedade, apenas uma pequena parte consegue ascensão social.

Assim, diante do exposto, acredita-se estar encaminhando a pesquisa, em busca do que nos aflige no dia a dia, ao verificar como o negro é retratado de maneira visual e socialmente nos livros didáticos escolares ainda reforçando apenas aspectos negativos, excluindo sua contribuição e valor para o povo brasileiro.

3º LIVRO ANALISADO: Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais. 1ª edição, São Paulo: Saraiva, 2014, dos autores Elian Alabi Lucci & Anselmo Lazaro Branco (2016, 2017, 2018), Editora Saraiva. Curitiba.

IMAGEM 11 – Capa do 3º Livro Analisado - Projeto COOPERA



Fonte: Livro - Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais. 1ª edição, São Paulo: Saraiva, 2014, dos autores Elian Alabi Lucci & Anselmo Lazaro Branco (2016, 2017, 2018), Editora Saraiva.

Em relação ao livro denominado, Projeto COOPERA: história, 5º ano, ele apresenta na capa uma imagem de quatro pessoas com alguns traços negros, que revelam uma tendência didático-social que é o branqueamento da população ou da sociedade brasileira.

Percebe-se nitidamente a influência do branqueamento presente na imagem tomada na capa do livro.

Nesse sentido, é preciso atentar que a imagem do negro no livro didático precisava estar mais valorizada, em sua apresentação do livro. Por conta disso, nós educadores precisamos agir; segundo Munanga (2005):

Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabemos que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana. Como

escreveu o historiador Joseph Kizerbo, um povo sem história é como um indivíduo sem memória, um eterno errante (MUNANGA, 2005, p.16).

Em face disso, Munanga (2005) ressalta ainda, um elemento essencial para que se corrija de fato e de direito essas questões, e inclusive a prática de omissão da representação da imagem do negro, com o exercício de uma merecida conscientização. Se por um lado há a omissão da indústria didática, que evita reformular (repetir) livros, por causa da mudança da visão ou legislação, a consciência profissional deve pressionar os professores para que tomem uma atitude em relação ao debate deste tema.

Ao falar disso, reporta-se a Wilma Baía Coelho (2009) que chama atenção ao analisar o não lugar do negro na formação de professores. A autora, tomando como objeto o Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP), nas décadas de 1970 e 1980, os cursos de formação de professores contribuem para a reprodução da discriminação e do preconceito racial, na medida em que estes alunos negros, ao não se veem naquela instituição, especialmente no conteúdo produzido pela mesma, não se formam identitariamente e, quando profissionais, continuam a reproduzir este não-lugar do negro nas instituições e na sociedade, em geral, por meio de ações pontuadas pelo o “racismo à brasileira”, velado e dissimulado.

Isso está hoje muito presente nas práticas dos docentes que diretamente acabam reforçando o preconceito, a discriminação, a desvalorização pelo negro.

Pode-se dizer que: a “ausência da cor” na *agenda* da escola é alvo da hipótese de que a “ausência do negro no conteúdo intelectual que a escola transmite se deve, também, ao lugar que o negro e a discussão sobre a diversidade étnica ocupam na sociedade brasileira” (COELHO, 2009, p.48).

Nesse sentido, esclarece Coelho (2014) que se necessita fazer “intervenção conscienciosa” para que aos poucos se vá mudando essa realidade, pois os estudos voltados para o racismo e educação na sociedade brasileira apontam para a necessidade de reflexão quanto ao lugar que o debate sobre as questões raciais tem ocupado na escola. “A falta dessa reflexão, acarreta dentre outros fatores, uma prática de segregação no espaço escolar que apresentará vários efeitos para os grupos que são alvos deste processo” (COELHO, 2009).

Vale citar que, a estrutura curricular da coleção “Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais”, apresenta abordagem temática, ligada aos valores de respeito à dignidade do indivíduo, ética e modos de convivência com outras culturas.

Os temas exploram problemas relacionados ao cotidiano dos alunos, discutindo história de vida, estrutura familiar, tipos de moradia, lugares de aprendizagem e convivência, passagem do tempo, investigação do passado, espaço urbano e a ideia de cidade.

Dessa forma, pode-se dizer que a enxurrada de imagens a que nos expomos e que nos impõem, na maioria das vezes, estão vinculadas a um verbal que lhes direciona os sentidos do qual aparecem como elemento acessório. Souza (1998) demonstrar que esse processo está longe de querer produzir apenas um efeito complementar, promovendo, isso sim, direcionamentos/determinações de ordem ideológica. A imagem perde, desta forma, sua condição de texto, de linguagem, já que, sobrepondo-se a ela, está a palavra.

Trata-se de um processo que a autora irá chamar de “processo de parafraseamento de imagens”, de apagamento do não verbal pela verbalização, o qual direciona a interpretação a partir de um ponto de vista planejado de antemão (SOUZA, 1998, p. 6). Isto faz com que as imagens, como linguagem, não signifiquem por si mesmas. Há exemplos, de acordo com a autora, em que o efeito de sentido negativo de uma imagem pode ser apagado pelo autoritarismo do verbal induzindo o leitor, conduzindo seu olhar à percepção de humor e/ou outras positivities quaisquer.

Logo, em consequência disso tem-se a Lei N.º 10.639/2003, em que estas mudanças se tornassem oficiais, para que uma história mais verídica pudesse ser mostrada aos estudantes do terceiro milênio e pudesse resgatar o valor e a representatividade da vida e da cultura africana, especialmente no Brasil.

Na Região Norte, segundo as autoras, a partir das pesquisas realizadas em escolas públicas no Estado do Pará, especificamente na cidade de Belém, o enfoque à temática racial fora localizado em três de seis escolas investigadas, indicando, no tocante às escolas que desenvolvem trabalhos que contemplam a questão étnico racial, que tais atividades se apresentam como estratégias “muito eficazes para a reversão da autoestima dos estudantes negros e pardos” (COELHO e COELHO, 2014. p. 26), bem como o estabelecimento de “relações entre o procedimento adotado e a competência desenvolvida junto aos estudantes” (idem)

Tal expectativa justifica-se pela possibilidade de instauração de uma nova compreensão, inclusive em termos de participação, na formação da sociedade brasileira, e, por conseguinte, de uma nova percepção de nacionalidade que inclua todos os agentes cujas histórias na constituição de nossa sociedade têm sido silenciadas.

Neste mesmo livro, ao analisar as vezes que a imagem do negro, branco e índio aparece observou-se que: os negros aparecem dez vezes, o branco se destaca com trinta e seis imagens e o índio com nenhuma imagem.

Observa-se que a imagem do negro neste livro é um mero representar do assunto enquanto que o branco é apresentado com tamanha disparidade. Ainda se identifica uma

deficiência a partir do livro didático que na maioria das vezes não elabora uma problematização diante dessas temáticas relacionadas aos povos negros e aos indígenas.

Lamentavelmente, o que ainda encontramos, são livros sem nenhuma referência ao índio ou até ao negro. E as vezes repletos de imagens colocando os índios como criaturas excêntricas, bobos e frágeis, negros em situação de extrema carência em rodas de capoeira e senzalas, sem colocar sua valorização enquanto raça importante e formadora do povo brasileiro. O livro didático aborda essas temáticas de uma forma pragmática em que destaca os negros em papéis voltados sempre para a escravidão, e quando o índio vai ser tratado nos livros sua imagem é voltada para a colonização, dessa forma temos que tentar mudar essa abordagem, seja no livro ou em sala de aula, porque a história desses povos vai muito além do que só é mostrado nos livros didáticos.

E quando se trata de como é expressa a imagem do negro neste livro, registra uma exceção em referência às caracterizações das imagens ao livro acima, onde este apresenta um exercício referente ao '*O fim da escravidão*', onde mostra a filha do Imperador tratada como santa, por ter assinado a Lei Áurea que libertou os negros africanos escravos.

E referente às imagens contemplada neste livro, é notório um ponto quase em comum nos livros didáticos, por exemplo, onde privilegia o processo de escravidão brasileira. Sabe-se que é importante conhecermos essa parte da história do negro, mas deve-se compreender também que sua história não se resume apenas a este fato, pois é logo de preconceito.

As imagens postas em apenas dois textos representam momentos de humilhação como de castigos, escravização com a gargalheira, uma espécie de coleira de madeira ou ferro com ganchos para castigar escravos que queriam fugir. Outra imagem que retrata uma fuga de escravos, bem como a da comemoração do dia 13 de maio, onde a Princesa Isabel determinava a liberdade de todos os escravos. Todas as imagens citadas estão sem qualidade nos livros, diferente das demais.

Ao analisar a representação do papel social desempenhado por cada grupo étnico-racial na sociedade, o índio, o livro fez referência apenas aos indígenas como trabalhadores em terras rurais. No caso do negro ocorreu de forma superficial, com o assunto sobre o fim da escravidão. Enquanto que o branco, todos os textos do livro fazem referência ao povo branco, valorizando-o.

Ao analisar a representação do papel social desempenhado por cada grupo étnico-racial na sociedade, o índio, o livro fez referência apenas aos indígenas como trabalhadores em terras rurais. No caso do negro ocorreu de forma superficial, com o assunto sobre o fim da

escravidão. Enquanto que o branco, todos os textos do livro fazem referência ao povo branco, valorizando-o.

E ao observar como é abordado o ensino da cultura Africana e Afro Brasileira, o livro aborda: O fim da escravatura, Campanha Abolicionista; Escravos em terreiro de uma fazenda de café na região do vale do Paraíba, Carregadores de café, Comunidade Quilombola, Mães alimentando seus filhos no Sudão, país da África.

IMAGEM 12 – Memorial Manuel Congo



Fonte: Livro - Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais. 1ª edição, SP: Saraiva, 2014, dos autores Elian Alabi Lucci & Anselmo Lazaro Branco (2016, 2017, 2018), Editora Saraiva. p. 11.

Os autores Lucci & Branco (2014), explicam que o Memorial Manuel Congo, foi uma homenagem ao líder, proclamado rei, e sua companheira, Maria Crioula, rainha do quilombo, foi escravizado e participou de uma revolta em Pati do Alferes, no Rio de Janeiro.

Essa imagem representa o marco da vida de bravura de Manuel Congo, como escravo organizava quilombo, aos moldes dos muitos que foram criados no período da escravidão.

IMAGEM 13 – Castigo imposto aos negros



Fonte: Livro - Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais. 1ª edição, SP: Saraiva, 2014, dos autores Elian Alabi Lucci & Anselmo Lazaro Branco (2016, 2017, 2018), Editora Saraiva. p. 12.

A imagem segundo Lucci & Branco (2014) retratam o castigo imposto aos negros no século XIX, na imagem é possível ver escravizados com a gargalheira, uma espécie de coleira de madeira ou ferro com ganchos para cima usada para castigar escravos que tentavam fugir.

Ao citar a questão da imagem “Eles passavam quase todo o tempo acorrentados e, no momento do embarque, ou ainda nos barracões costumavam ter o corpo marcado a ferro quente com as iniciais ou símbolos dos proprietários” (MATTOS, 2008, p. 100).

Vale citar ainda que em relação a questão, Moura coloca que “A escrava Anastácia permanece na memória popular como uma mulher que, ao reagir ao cativo, foi obrigada a usar permanentemente uma dessas máscaras” (MOURA, 1996, p. 22).

Essa arbitrariedade, desumanidade e desrespeito para com o negro a época, ainda existe hoje em muitas situações, embora ele não esteja acorrentado e ou com coleiras, existe em nossos dias a pressão social, o preconceito que está contido mesmo que as escondidas.

Considera-se ser preciso arrancar as raízes que existem as pessoas que se orgulham de ser preconceituosas e não compreendem o negro como uma pessoa de igual valor e direitos, e que está na luta pela sua afirmação tal qual outra raça.

IMAGEM 14 – A fuga dos escravos

Fonte: Livro - Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais. 1ª edição, SP: Saraiva, 2014, dos autores Elian Alabi Lucci & Anselmo Lazaro Branco (2016, 2017, 2018), Editora Saraiva. p. 21.

Sobre o fim da escravidão os autores Lucci & Branco (2014) explicam que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravatura. Os motivos que levaram os escravos a escapar do cativeiro variaram com o tempo e de acordo com as suas experiências, esperanças e desejos para o futuro. Quando o jogo de forças entre senhores e escravos era rompido ocorriam revoltas, fugas, formação de quilombos.

Sobre a questão Campelo (2014), fala das “fugas” dos negros ou a “construção de liberdade” formaram os quilombos e mocambos, e estabeleceram uma forma de resistência negra brasileira nos períodos colonial e imperial.

Essa imagem representa isso, os escravos conseguem fugir, quando não eram recapturados, passavam a viver nos quilombos. Tamanha era a vontade de liberdade quando se sentiam livres.

IMAGEM 15 – Comemoração do dia 13 de maio

Fonte: Livro - Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais. 1ª edição, SP: Saraiva, 2014, dos autores Elian Alabi Lucci & Anselmo Lazaro Branco (2016, 2017, 2018), Editora Saraiva. p. 22.

As autoras colocam que o Dia da Abolição da Escravatura é celebrado em 13 de maio no Brasil. Esta data homenageia a Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, e pôs ao fim a escravidão no Brasil. Quem assinou a lei da Abolição da Escravatura foi Dona Isabel, princesa imperial do Brasil a época.

Segundo a imagem, percebe-se certa “veneração” dos negros na imagem da princesa Izabel em consideração ao feito em favor deles.

Em meio a isso, é preciso ter clareza que a história do negro no Brasil, contada nas escolas, em sua maioria nos livros didáticos, vale-se de descrever o período da escravidão e os horrores do caminho percorrido, e menciona superficialmente a cultura afro-brasileira e a tradição negra.

O que se pôde observar dos livros didáticos acerca da temática deste trabalho, sobre como é expressa a imagem do negro, consta também nos quadros abaixo.

Quadro 1: Livros Analisados do 5º Ano do Ensino Fundamental

Nº	Descrição do Livro	Autores	Editora	Ano	PNLD
01	Eu conto História: Infância na História do Brasil	Shimidt & Urban	Base Didáticos	2009	PNLD- (2010/2012)
02	História do 5º ano – Projeto ECO	Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette	Editores Positivo	2011-2012	PNLD (2013-2015)
03	Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais.	Elian Alabi Lucci & Anselmo Lazaro Branco	Editores Saraiva	2014	PNLD (2016, 2017, 2018)

Fonte: Livros de História do PNLD – 2018 - Curitiba

Vale citar que os livros escolhidos, foram de forma aleatória, adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, o que nos deu condição de verificar como o negro é retratado de maneira visual e socialmente nos livros escolares.

Para essa sequência, indica-se o número de vezes que a imagem do negro, do branco e do índio aparece nos livros.

Quadro 2: Número de vezes que a imagem do negro, do branco e do índio aparece nos livros.

Nº	Descrição do Livro	Autores	Negro	Branco	Índio
01	Eu conto História: Infância na História do Brasil	Shimidt & Urban	17	22	11
02	Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais.	Elian Alabi Lucci & Anselmo Lazaro Branco	10	36	0
03	História do 5º ano – Projeto ECO	Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette	15	54	01

Fonte: Livros de História do PNLD - 2018

Percebe-se que, em relação ao número de vezes que a imagem do negro, do branco e do índio aparece nos livros, o primeiro livro, Eu conto História: Infância na História do Brasil aparece 22 imagens do branco em que se destaca consideravelmente, o negro apresenta-se com 17 imagens e o índio, consta 11 imagens. Vale citar que o livro contempla poucos assuntos referentes à raça indígena.

O livro denominado Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental dos anos iniciais, destaca-se novamente com 36 imagens da raça branca, 10 de negros e nenhuma imagem do índio.

E no terceiro livro História do 5º ano – Projeto ECO observa-se novamente uma disparidade com 54 imagens da raça branca, 15 de negros e 01 de índio.

Está muito nítida a prevalência da cor branca nas imagens contempladas nos livros didáticos analisados por nós nesta pesquisa.

Considerando tais situações, há que se entender que apenas a partir de 2002, quando houve, através do Ministério da Educação e Cultura, uma ampla abertura para discussão, sugestões e apontamentos sobre as lacunas no setor da Educação em geral e, em particular na história afro-brasileira, começou a modificar o panorama neste setor. Há, também, toda uma abrangência social no que diz respeito à representatividade, tanto gráfica, como real, do negro no Brasil, decorrente da história de discriminação sofrida por ele.

Neste contexto, Coelho (2009, p.218) cita que há situações que acabam por relegar o aluno negro a uma condição inferior, tornando-o objeto de um processo de discriminação e criando condições para que a escola se constitua em “uma instância de propagação e reprodução de discriminação e preconceito”.

Quadro 3: Como é expressa a imagem do negro

Nº	Livro Analisado	Expressa
01	Eu conto História: Infância na História do Brasil	A referência da criança negra é unicamente em uma comunidade quilombola, assim como uma indígena praticamente selvagem, sem roupas praticando atividade com arco e flecha.
02	Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais.	Registra uma exceção em referência às caracterizações das imagens ao livro acima, onde este apresenta um exercício referente ao ‘ <i>O fim da escravidão</i> ’, onde mostra a filha do Imperador tratada como santa, por ter assinado a Lei Áurea que libertou os negros africanos escravos.
03	História do 5º ano – Projeto ECO	Nos conteúdos não contemplam os negros e nem índios, apenas uma situação demonstra o negro, apresentando a imagem do Pelé.

Fonte: Livros de História do PNLD - 2018

Observa-se o que expressam os livros, que há um nítido direcionamento colocando o negro como classe inferior, atrelando sua imagem estereotipada, preconceituosa e escravizada. Ao retratar a questão os autores colocam:

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (MUNANGA, 2005).

Desta forma, percebe-se que é necessário um esforço que também conscientize a indústria didática, para que se atualize e modifique os conteúdos repetitivos discriminatórios da disciplina de História, em relação à representação gráfica da imagem do negro nos livros, podendo, assim, apresentar uma nova visão, mais condizente com a realidade da história do povo africano que foi trazido à força, escravizado para o Brasil e para muitos outros lugares em todo o mundo.

Desde a Lei 10.639/03, percebe-se que ocorreram mudanças nos aspectos citados no parágrafo anterior, mas tem ocorrido muito lentamente que não ajuda a mudar a percepção dos estudantes acerca da história afro-brasileira. Assim, entende-se que é necessário que haja uma fiscalização e cobrança neste sentido.

Embora saiba-se que a escola não tenha uma ação redentora, nela se operam as relações preconceituosas miúdas que, nem sempre, se constituem em objetos de “intervenção

consciosos” (COELHO, 2009, p. 232) pelos agentes escolares. No entanto, consideramos a escola como um lugar político de formação de gerações de crianças e adolescentes, com potencial para contribuir na alteração de estruturas sociais marcadas por práticas preconceituosas.

A disciplina de História tem que ser revista em seu conteúdo e sua forma de ser exposta, ensinada. Os livros didáticos têm que acompanhar essa transformação, para que se mostre não somente uma matéria escolar, mas sim a história da edificação do povo brasileiro, suas origens e sua cultura. É possível perceber através da leitura dos livros didáticos de História do 5.º ano do ensino fundamental, que houve poucas mudanças em relação à expressão da imagem do negro. Munanga (2005) explica que:

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência (MUNANGA, 2005, p.21).

Esse movimento tem na escola, e no ensino de História, uma estratégia acionadora, em face do que expõem Coelho e Coelho (2013):

Em relação aos professores de História, os quais nos interessam particularmente, a nova legislação demanda não apenas o domínio dos saberes historiográficos relativos à África e à Cultura Afro-Brasileira. Ela requer, fundamentalmente, o acionamento de competências que viabilizem o enfrentamento do preconceito e de seus desdobramentos nocivos na formação de crianças e adolescentes, por meio da construção de uma nova forma de se pensar a formação da nação e da nacionalidade (COELHO e COELHO, 2013, p. 97).

As competências a serem acionadas para gerar a subversão dos processos inviáveis a populações negra e indígena enfrentam entraves que transitam por toda a ordem de fatores. Um desses, no que tange à prática dos professores de História, no tocante à cultura e à história afro-brasileira, dá conta de que o “saber histórico escolar relacionado à África e à Cultura Afro-Brasileira necessita amadurecimento” (COELHO e COELHO, 2013, p.106).

Alia-se a esse contexto o fato de que ainda as pesquisas localizam, no âmbito das escolas, algumas iniciativas para o trato da questão étnico-racial. Tal enfoque ainda se apresenta pautado no “voluntarismo docente”, na ausência de conhecimento formal da lei, na vinculação a um teor ético e moral e no fato de que tal enfoque na escola advém de iniciativas pontuais (COELHO e COELHO, 2014).

Quadro 4: Imagens contempladas nos livros didáticos

Nº	Livro Analisado	Expressa
01	Eu conto História: Infância na História do Brasil	As imagens fotográficas disponibilizadas estão muito escurecidas, desbotadas, enquanto que nos desenhos as imagens são cinzentas e indiretas.
02	Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais.	As imagens postas em apenas dois textos representam momentos de humilhação como de castigos, escravização com a gargalheira, uma espécie de coleira de madeira ou ferro com ganchos para castigar escravos que queriam fugir. Outra imagem que retrata uma fuga de escravos, bem como a da comemoração do dia 13 de maio, onde a Princesa Izabel determinava a liberdade de todos os escravos. Todas as imagens citadas estão sem qualidade nos livros, diferente das demais.
03	História do 5º ano – Projeto ECO	Em relação a questão de conteúdo, as imagens mostram-nos que elas são muito mais que simples ilustrações de compatibilidade com o texto escrito.

Fonte: Livros de História do PNLD - 2018

Percebe-se que em relação às imagens contempladas nos livros didáticos, não são valorizadas, há certo desprezo e desrespeito com as imagens escolhidas e postas, apresentam-se sem qualidade. Ao analisar se observa a relutância em citar a discriminação, então se acredita que há necessidade dos negros buscarem sua identidade cultural até então negada, e que tenham a possibilidade de exercer diferentes papéis na sociedade e de possuir e ver a sua cultura valorizada.

Quadro 5: A representação do papel social desempenhado por cada grupo étnico racial na sociedade.

Nº	Livro Analisado	Índio	Negro	Branco
01	Eu conto História: Infância na História do Brasil	Apresenta pouca representatividade do índio como importante grupo étnico racial na sociedade. O livro didático escolhido apresenta um ensino descontextualizado, e com pouca reflexão e análise dos assuntos referente ao índio,	A representação do papel e da cultura negra por meio dos personagens das histórias infantis estava fortemente ligada a um retrato da condição “inferior” dos mesmos, a uma expressão de subalternidade. Em nenhuma das representações de personagens negros daquela época, os traços da cultura africana eram ressaltados ou citados de forma positiva, mas era evidenciado o fato de não saberem ler e eram retratados de modo pejorativo.	Ainda há a presença naquele contexto, de uma superioridade do homem branco com relação aos que antes eram cativos, apesar de agora livres, ainda eram vistos como menores. As imagens demonstram que eram os brancos os detentores da beleza, da colocação social e das qualidades evidenciadas e que se deveria desejar possuir.
02	Projeto COOPERA: história, 5º ano, EF.	O livro fez referência apenas aos indígenas como trabalhadores em terras rurais.	Ocorreu de forma superficial, com o assunto sobre o fim da escravidão.	Todos os textos do livro fazem referência ao povo branco, valorizando-o.
03	História do 5º ano – Projeto ECO.	Houve mínima referência, apenas sobre população, sociedade e trabalho no império.	Pouca referência apenas em textos sobre os habitantes do Brasil, escravos, abolicionistas e destacou a figura de Pelé nos esportes.	Fala do poder da política, luta por direitos, cultura, esporte, arte e lazer, e o Brasil atual.

Fonte: Livros de História do PNLD – 2018

Entende-se a partir das análises acima, que em relação a representação do papel social desempenhado por cada grupo étnico racial na sociedade, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Mesmo com a crescente insistência e conquistas da sociedade para que o negro seja valorizado nos livros didáticos, estes ainda se mostram escassos mediante a imensa valorização da cultura e interesse dos brancos, fazendo com que muitas obras apresentem em histórias marcadas por uma representação preconceituosa, estereotipada e omissa da história positiva do negro nos livros didáticos.

Apesar do aumento nas publicações, existe ainda um descompasso em relação a questão, mas acredita-se que os PCNs podem abrir caminhos, por assim dizer, para algo muito maior que deve ser construído e disseminado pelo nosso país nos livros didáticos. E, principalmente, mostrado para as crianças negras ou não no âmbito escolar, que elas possam se identificar e se vejam com outro olhar, para que sintam orgulho da imensa riqueza cultural que carregam na sociedade.

Outro fator a se considerar é como o ensino da cultura Africana e Afro Brasileira está contemplada nos livros didáticos analisados. Para isso, deve-se formular estratégias didáticas que se constituíram a partir da “intervenção conscienciosa” (COELHO, 2009, p. 232), a qual se apresenta assim delineada: resultante de uma reflexão prévia, de uma compreensão profunda sobre a temática e do domínio das competências necessárias à transformação daquela compreensão em sequências didática, em saber escolar (COELHO, 2014, p. 8).

Quadro 6: Ensino da cultura Africana e Afro Brasileira

Nº	Livro Analisado	Como está contemplado
01	Eu conto História: Infância na História do Brasil	Neste livro, está contemplado: Embarque de escravos na África; Rotas do tráfico da África para o Brasil; Como as crianças africanas vinham para o Brasil; Viagens nos navios negreiros; Mercado de Escravos, Troca de barras de ferro por pessoas num lugar e em seguida as trocavam por ouro; Modos de vida das crianças africanas na Colônia e no Império; Escravos sendo catequizados, vendendo frutas nas ruas.
02	Projeto COOPERA: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais.	O livro aborda: O fim da escravatura, Campanha Abolicionista; Escravos em terreiro de uma fazenda de café na região do vale do Paraíba, Carregadores de café, Comunidade Quilombola, Mães alimentando seus filhos no Sudão, país da África.
03	História do 5º ano – Projeto ECO	A luta pelos direitos: abolicionistas e Republicanos; escravos partindo para o trabalho nos cafezais; O Brasil e o mundo atual; As Artes e os Esportes.

Fonte: Livros de História do PNL – 2018 -

Pelo que se pode constatar nos livros didáticos, é possível dizer que os assuntos do ensino da cultura Africana e Afro Brasileira, fazem parte da reflexão dos livros analisados, mesmo que com pouca frequência, o desafio maior seja do professor em mudar essa história

representada de abandono, preconceito e estereótipos apresentada nas imagens, fazendo com que sensibilize as pessoas da importância e respeito às diferenças, o valor e a riqueza da diversidade étnico racial formadora do povo brasileiro.

Embora os livros não apresentem muitas imagens que remetem a ideia da cultura Africana e Afro Brasileira, o quanto se almejava, eles trazem brevemente uma proposta de ensino para essa valorização, a partir do momento em que explora a diversidade cultural, o indígena, o preconceito e outros assuntos mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a ‘Imagem do negro nos livros didáticos do 5º ano do ensino fundamental’, nos leva a entender a omissão e o silêncio que pairam sobre a população negra nos livros didáticos, especialmente nas imagens, pois elas reproduzem e interpretam as várias situações, maneiras de viver.

A partir das imagens dos livros didáticos selecionados, para nós, a imagem do negro analisada, quase sempre apareceu relacionada às famílias de classe alta com os escravos sempre nos trabalhos pesados, sendo humilhados ou a servir os brancos.

Como nos propomos na problemática desta pesquisa, verificar como os livros didáticos representam os negros em suas imagens, como mostram essa realidade, constatou-se nos livros didáticos escolhidos, quase que exclusivamente, imagens negativas e depreciativas do homem negro que viveu no Brasil desde a colonização, e que tais imagens ainda hoje, no século XXI, contribuem negativamente para a formação de crianças e adolescentes negros, os quais, vendo tais ilustrações, não conseguem se identificar com seus antepassados, e ainda, em relação às crianças e adolescentes brancos, tais imagens reforçam ou criam indivíduos racistas, que utilizam os desenhos depreciativos e humilhantes dos livros didáticos para menosprezar e humilhar as pessoas negras.

Nestes tempos, essas imagens ainda cumprem a função originária de sempre lembrar os negros que foram exclusivamente escravos, trazidos da sua terra pelos brancos para serem escravos. Nesse contexto, o livro didático não colabora para fazer a inclusão do negro na sociedade, pelo contrário, continua sempre a lembrá-lo de que existe um lugar reservado para ele nos porões da sociedade, e que a violência é utilizada constantemente, inclusive através de suas imagens retratadas.

A desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial e autoestima dos afro-descendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania.

Entende-se, que a inexistência de outro tipo de imagem que cumpra uma função de afirmação, de orgulho, ou de pertencimento, é categoricamente inexistente nos livros didáticos de história que analisamos e nos demais consultados.

Nos livros didáticos analisados, percebe-se, nitidamente, que a humanidade e a cidadania são representadas pelo homem branco e de classe alta. A exibição dessa violência nítida, constante e repetitiva ao ponto da exaustão, tem uma função ideológica, que é a de mostrar para as crianças e adolescentes, educandos, o que o homem branco é capaz de fazer

com o homem negro para que esse se mantenha subserviente, calado e, por fim, na condição de escravo.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi baseada na revisão bibliográfica e análise dos livros, aonde se busca provar que a imagem do negro nos livros didáticos do 5º ano do ensino fundamental, é discriminatória, é bastante reduzida se comparado com a imagem do branco e que mesmo no século XXI, apesar dos movimentos sociais, da implantação da lei 10.639/2003, a classe dominante de uma maneira mais sutil, não menos astuta, utiliza deste poderoso veículo de aprendizagem, de formação de opinião para continuar registrando o preconceito que infelizmente no Brasil ainda existe.

Para confirmar este estudo realizado através de uma pesquisa bibliográfica em livros, foram analisadas com detalhes as imagens dos livros didáticos estudados no 5º ano do ensino fundamental. Foi latente a omissão das experiências de vida do povo negro enquanto categoria social formadora da nação brasileira, onde aparece sempre na dualidade trabalho escravo versus trabalho livre. Ao veicular o negro de maneira estereotipada, o livro didático contribui para difundir uma representação negativa desse povo em contraposição à imagem do branco, sempre salutar.

Também é importante colocar que, é importante criticar o material didático, no entanto, alterá-lo é uma questão crucial que precisa ser mais bem trabalhada nos contatos com todos que direta ou indiretamente o constroem. Assim, conclui-se que o livro didático pode ser entendido como produto cultural formador de um imaginário social; permitindo-nos um olhar mais avançado quanto à questão da pesquisa.

Pode-se afirmar que, a medida que o livro didático se consolida como principal referente teórico dessas escolas, fazendo com que estas ideias marcadas pelo preconceito europeu e que pouco se aproximam da História da África e dos africanos que existiram e que existem em sua efetividade sejam, na maioria das vezes, as únicas que chegam até eles.

Finalmente, é importante e necessário que novas pesquisas e estudos sejam feitos sobre a participação e valorização da população negra em Livros Didáticos, pois assim podem-se inferir sugestões que podem intervir em uma mudança de como ver o negro nas imagens contempladas, e isso pode se dar pela escola com um currículo que priorize conteúdos que trabalhem a história local ou ainda, abordar produções históricas das classes menos favorecidas com o objetivo de combater os estereótipos presentes no dia-a-dia das escolas, nas relações interpessoais e nos livros didáticos.

Também se pode afirmar, que em relação às imagens contempladas no livro didático citado sobre os negros, as imagens fotográficas estão muito escurecidas, desbotadas, os desenhos, as imagens são cinzentas e sem cor.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, O. G. **Professores, Reformas Curriculares e Livros Didáticos de Ciências: parâmetros para a produção e avaliação do Livro didático**. XI Encontro de Pesquisa em Ensino de Física. 21 a 24 de outubro de 2008, Campus Curitiba da UTFPR, PR, 2008.
- ALBUQUERQUE, E. B. C. **O discurso dos professores sobre a utilização do livro didático: O que eles afirmam/negam em relação a este material?** Recife, 2002.
- AMARAL, Assunção José Pureza do. **Da Senzala à Vitrine: Relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém**. Belém: Cejup, 2004.
- _____. **Da Senzala ao Quilombo: prática educativa e uso de recursos naturais entre os quilombolas do Médio Amazonas-Pa**. Tese de doutorado, Belém: NAEA/UFPA, 2008.
- ARAUJO, Emanuel. **Viva Cultura, Viva o Povo Brasileiro**. Museu Nacional: São Paulo, 2007.
- BATISTA, A. A. G. A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: Rojo, R. & Batista, A.A.G. (orgs.) **Livro didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.
- BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- BOGDAN, R., BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora. 2010.
- BRASIL. Lei 9394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasil: MEC/SEF, 1998. 436 p.
- _____. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana**. Brasília: SECAD, 2004.
- _____. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 24 Jan. 2018.
- _____. **LEI Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena”.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de livros didáticos para os anos finais do ensino fundamental. **PNLD/2008**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008, p.32.

BRITO. Danielly Benicio de. **A LEI 10.639/03 e o desafio de efeitos práticos**. Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde FACES - do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. 2012.

CAMPELO, Marilu Marcia. JESUS, Raimundo JORGE n.de; DEUS, ZÉLIA Amador de. **Entre os rios e as florestas da Amazônia**. Perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento: Subsídios para a Lei 10639/03/(Orgs). Belém: UFPA; GEAM, 2014.

_____. **“Agô Ulê, Babá, Ago Yá”**. Candomblé e Foxé, Afirmando Identidades, Afirmando Negritude. Um estudo de caso em Belém, PA. In.: **Entre rios e florestas da Amazônia**. Perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento: subsídios para a Lei 10639/03. Marilu Marcia Campelo, Raimundo Jorge N. de Jesus, Zélia Amador de Deus (organizadores), Belém: UFPA; GEAM, 2015.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **Uma reflexão sobre a naturalização da cor legítima no Brasil**, *Interface*, Natal/RN, v. 2 , n. 2 , jul/dez 2005, p. 85 -98. p. 86.

_____. **A cor ausente**: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores – Pará, 1970 – 1989. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

_____; COELHO, Mauro Cezar. **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso**. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013.

_____. COELHO, e SOARES, Nicelma J. Brito. **Relatório Final do VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as)**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

CORDEIRO, Raimundo Paulo Monteiro; AMARAL, Assunção José Pureza. Entre homens e Mulheres, Escravizados e Libertos, Campo e Cidade – Eis as Tias “Negras” do Carimbó na Fronteira do Saber na Cidade de Vigia-Pa. In.: **Entre rios e florestas da Amazônia**. **Perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento: subsídios para a Lei 10639/03**. Marilu Marcia Campelo, Raimundo Jorge N. de Jesus, Zélia Amador de Deus (organizadores), Belém: UFPA; GEAM, 2014.

FREITAG, Barbara; COSTA, Wanderley F.; MOTTA, Valéria R. **O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil**. Brasília: INEP, 1987.

GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. S.P: Atlas, 1999.

HÖFFLING, E. M. **A FAE e a execução da política educacional**. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1993.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012.

HORIKAWA, A.; JARDILINO, J. **A formação de professores e o livro didático**: avaliação e controle dos saberes escolares. Ver. Lusófona de Educação, América do Norte. 15/Ago/2010. Disponível: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1530>. Acesso: 04/02/18.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, v. 16, n. 69, jan./mar, 1996.

LUCCI & Branco. **Projeto COOPERA**: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais. 1ª edição, São Paulo: Saraiva, 2014, dos autores Elian Alabi Lucci & Anselmo Lazaro Branco (2016, 2017, 2018), Editora Saraiva. 1ª Edição. Curitiba. 3º Livro Analisado.

LÜDKE, Heloisa. & André, Marli. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: Epu, 2003.

LUNA, Luiz. **O Negro na luta contra a escravidão**.. Leitura: Rio de Janeiro, 1968.

MACEDO, Sérgio D. T. **Crônica do Negro no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1974.

MAGNO, Marcelo N. Machado. **África Subsaariana**. Belém: Artigo (mimeo.), 2006.

MARCHETTE e Portela. **História do 5º ano. Projeto ECO**, Ensino Fundamental I. Alicia Lucio Landes, Bruna Portela e Tatiana Marchette, Editora Positivo, do PNLD (2013-2015). 1ª Edição. Curitiba. 2º Livro analisado.

MATTOS, Regiane A. **História e cultura afro-brasileira**. Contexto: São Paulo, 2008.

MATTOSO, K de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOREIRA, Kênia Hilda. **Um Mapeamento das Pesquisas Sobre o Livro Didático de História na Região Sudeste**: 1980 a 2000. Araraquara: UEP, 2006.

MORTIMER, E. F. A evolução dos livros didáticos de química destinados ao ensino secundário. **Em Aberto**, v. 7, n. 40, 1988.

MOURA, Glória. **Navio Negroiro-Batuque no Quilombo**. CNNCT. São Paulo, 1996.

MUNANGA, Kabengele. (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada/Kabengele Munanga, organizador. Brasília: MEC/SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIC, Nelson Bacic. **África**. Terra, Sociedade e Conflitos. São Paulo: Moderna, 2004.

PRADIME, **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4248-volume-01-final&Itemid=30192, 2007. Acesso em: 15/02/2018.

RODRIGUES, João Carlos. **Pequena História da África Negra**. São Paulo: Globo, 1990.

SANTOS, Juana Elbin dos. **Os nagôs e a morte**. São Paulo: Livraria Cultura, 1975.

SANTOS, Vanessa dos Anjos dos; MARTINS, Liziane. **A importância do livro didático**. Candombá - Revista Virtual, v. 7, n. 1, jan - dez, Salvador, 2011.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. **Memórias d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2010.

SHIMIDT & Urban. Livro analisado. **Eu conto História: Infância na História do Brasil**. Curitiba. 2009.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **Livros didáticos: do ritual de passagem à ultrapassagem**. Em aberto. Ministério da Educação e Desporto SEDIAE/ INEP Vol. 16 n. 69, p. 8-11. Brasília, 1996.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2 ed., Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Saçvador: EDUFBA, 2010.

_____. **A Representação Social do Negro no Livro Didático: o que mudou? Por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. Ática: São Paulo: 2008.

SOUZA, Tânia Clemente. **Discurso e imagem: perspectivas de análise do não verbal**. (1998). 2º Colóquio de Analista del Discurso, Universidad Del Plata, Instituto de Linguística da Universidad de Buenos Aires, La Plata e Buenos Aires, 1997b (Publicado em Ciberlegenda 1, Revista Eletrônica do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, Niterói, UFF, 1998).

URBAN & Shimidt. **Eu conto História: Infância na História do Brasil, 5º ano do Ensino Fundamental**, 2009. 2ª Edição. Curitiba. 1º Livro Analisado.